



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

PAULO MARCELO SILVA LIMA

A AVALIAÇÃO NA EJA:

**DESAFIOS AO RESGATE DO DIREITO À
EDUCAÇÃO E DO DIREITO À APRENDIZAGEM.**

**SUMÉ - PB
2019**

PAULO MARCELO SILVA LIMA

A AVALIAÇÃO NA EJA:

**DESAFIOS AO RESGATE DO DIREITO À
EDUCAÇÃO E DO DIREITO À APRENDIZAGEM.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Área de Habilitação: Linguagens e Códigos.

Orientadora: Professora Dr^a Denise Xavier Torres.

**SUMÉ - PB
2019**

L732a Lima, Paulo Marcelo Silva.
A avaliação na EJA: desafios do resgate do direito à educação e do direito à aprendizagem. / Paulo Marcelo Silva Lima. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

58 f.

Orientadora: Professora Dr^a. Denise Xavier Torres.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Avaliação da aprendizagem. 3. Direito à educação. I. Torres, Denise Xavier. II Título.

CDU: 374.7(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

PAULO MARCELO SILVA LIMA

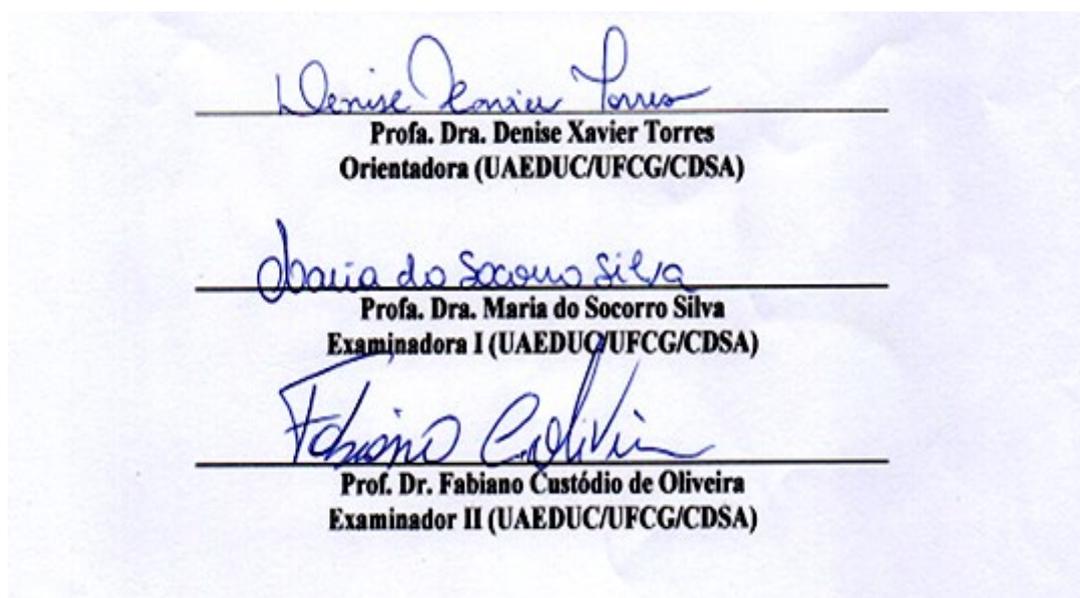
A AVALIAÇÃO NA EJA:

**DESAFIOS AO RESGATE DO DIREITO À
EDUCAÇÃO E DO DIREITO À APRENDIZAGEM.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Área de Habilitação: Linguagens e Códigos.

BANCA EXAMINADORA:



Trabalho aprovado em: 12 de dezembro de 2019.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, ao meu senhor que vivo está, pois “até aqui o senhor tem me ajudado”. Em segundo lugar dedico a minha mãe, meu pai, minha esposa e meus filhos que contribuíram positivamente para que eu pudesse estar cursando uma graduação e concluindo, pois sem eles seria difícil de conseguir chegar aonde cheguei e a família de minha esposa que também me ajudaram quando precisei.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que me ajudou nos momentos que mais precisei, e a cada nova experiência vivenciada. Gostaria de agradecer a todos que colaboraram na minha trajetória acadêmica. Foram muitos os esforços durante quatro anos, em que exigiram tempo, paciência, dedicação, custos, e muitas outras coisas que, se não com a colaboração de todos, talvez não tivesse chegado à conclusão do curso.

Agradeço também a minha família: Esposa Bia Matias, filhos; Felipe Matias e Priscila Matias, pais; Heleno Avelino e Maria da paz, tios; Francisco de Assis, Maria de Lourdes e Inácia Maria, e a mãe de minha esposa; Josefa Antônia, e a todos que estiveram presentes comigo nos momentos mais difíceis e que também fizeram parte desses quatro anos enquanto estudante do curso de licenciatura em Educação do Campo. Amo todos.

A minha família sem dúvida é um presente de Deus, em todo tempo me deram forças para continuar firme e constante no que eu sempre almejei que era concluir uma graduação para ser exemplo para mim mesmo e para meus filhos. Em alguns momentos estive ausente de minha família, e mesmo assim, eles não foram obstáculos para que eu não permanecesse no curso, por isso considero pessoas especiais que mesmo nas horas mais difíceis me apoiaram sem questionar.

Também agradeço aos amigos e colegas de curso que de certa forma contribuíram para minha formação, e ficaram muito felizes por ter concluído e, mesmo nas dificuldades conseguido vencer, e também meus agradecimentos a todos os coordenadores e supervisores dos projetos, programas a qual pude fazer parte como o PIBID Diversidade, PROBEX Programa de Bolsas de Extensão e Residência Pedagógica, momentos únicos durante a graduação e sem dúvida foi uma das melhores experiências que pude ter durante a minha formação e que me ajudou a evoluir muito quanto profissional e enquanto pessoa.

Quero agradecer em especial a minha orientadora Dr.^a Denise Xavier Torres, por ter aceitado o meu convite a estar me orientando, e pelo seu excelente trabalho como professora da UFCG, Campus Sumé-PB. Dessa forma também quero agradecer em especial os educadores: Dr.^o Almir Gomes, Dr.^o Fabiano Custodio, Dr.^o Isaac Alexandre, Me. Mauricio Barbosa, Dr.^a Maria do Socorro, Dr.^a Mônica Negreiros, Dr.^a Valéria Andrade, e os demais que contribuíram de alguma forma direto ou indiretamente para minha formação me possibilitando uma experiência significativa em todos os aspectos, e um novo olhar concernente à realidade vivenciada por nossa sociedade.

Sendo assim chegou o momento de fechar mais um ciclo em que ocorreram muitas alegrias, mas também algumas dificuldades, e mesmo diante dos desafios, conclui a graduação. Desta forma deixo a minha motivação para que outras pessoas também possam encarar esse desafio e lutar por seus sonhos, e a partir deles possa contribuir positivamente para uma sociedade mais justa e igualitária independente da sua área de formação.

RESUMO

Este trabalho se insere na linha de pesquisa Educação do Campo, Estado e Sociedade da Licenciatura em Educação do Campo, e tem como vinculação o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação do Campo, Formação de Professores/as e Práticas Pedagógicas, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande. A educação é um direito a todas as pessoas, isso independentemente de classe social, gênero, etnia, credo religioso etc. Sendo um dever do estado possibilitar condições adequadas para que os sujeitos possam usufruir o melhor da nossa educação, pois garantir o acesso das pessoas jovens e adultos a educação, é antes de tudo respeitar estes sujeitos, possibilitando a construção na formação educacional como uma dimensão desse direito e como justiça social. O presente trabalho tem como objetivo geral compreender qual o papel da avaliação na construção da aprendizagem e na superação dos obstáculos vivenciados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Os objetivos específicos, delineados foram: mapear os sujeitos e objetos da avaliação; identificar os tipos de avaliações aplicadas; e, caracterizar as finalidades da avaliação realizada em uma turma da EJA. Nesta pesquisa buscamos compreender como o processo avaliativo se aplica aos alunos da Educação de Jovens e Adultos tendo em vista as dificuldades vivenciadas por eles, que depois de alguns anos voltaram a estudar novamente. O campo de pesquisa foi uma escola de ensino fundamental situada no município de Sumé, e os sujeitos da pesquisa foram os professores/as e alunos/as da Educação de Jovens e Adultos dos anos iniciais do ensino fundamental. A abordagem metodológica da pesquisa foi a qualitativa que busca gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, e usamos como instrumento de pesquisa a análise de observação participante e os questionários. Após a conclusão da pesquisa os resultados mostram que o processo da avaliação da aprendizagem se constitui em um modelo avaliativo mais tradicional de acordo com as falas dos professores e alunos a partir dos questionários aplicados. Este modelo de avaliação se caracteriza como selecionadora e classificadora, não contribuindo muito para o processo de aprendizagem. Sendo assim, percebe-se que se faz necessário repensar o modelo avaliativo, pois desta forma não temos como identificar a aprendizagem qualitativa usando apenas o tipo de avaliação de caráter somativo, mas, se aplicarmos a avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podemos aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem não só aos alunos da EJA, mas a todos os estudantes. Portanto, a pesquisa mostra que há uma necessidade de melhorar a forma como ainda se avalia os alunos.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Educação de Jovens e Adultos. Sujeitos e objetos da avaliação.

ABSTRACT

This work is part of the line of research Education of the Field, State and Society of the Degree in Rural Education, and is linked to the Center for Research and Extension in Rural Education, Teacher Training and Pedagogical Practices, of the Development Center Semiarid Sustainable Development, Federal University of Campina Grande. Education is a right for all people, regardless of social class, gender, ethnicity, religious creed etc. Being a duty of the state to provide adequate conditions for the subjects to enjoy the best of our education, as guaranteeing access for young people and adults to education, is first of all to respect these subjects, enabling the construction of educational training as a dimension of this right and as social justice. This work aims to understand the role of evaluation in the construction of learning and in overcoming the obstacles experienced by students of Youth and Adult Education. The specific objectives, outlined were: to map the subjects and objects of the evaluation; identify the types of assessments applied; and, characterize the purposes of the evaluation carried out in an EJA class. In this research we seek to understand how the evaluation process applies to students of Youth and Adult Education in view of the difficulties experienced by them, who after a few years returned to study again. The research field was an elementary school located in the municipality of Sumé, and the subjects of the research were the teachers and students of Youth and Adult Education in the early years of elementary school. . The methodological approach of the research was a qualitative one that seeks to generate knowledge for practical application, aimed at solving specific problems, and we used the analysis of participant observation and questionnaires as a research instrument. After the conclusion of the research, the results show that the learning evaluation process constitutes a more traditional evaluation model according to the statements of teachers and students from the applied questionnaires. This evaluation model is characterized as a selector and classifier, not contributing much to the learning process. Thus, it is clear that it is necessary to rethink the evaluation model, as this way we cannot identify qualitative learning using only the type of summative evaluation, but, if we apply diagnostic, formative and summative evaluation, we can improve the teaching and learning process not only to EJA students, but to all students. Therefore, research shows that there is a need to improve the way students are still evaluated.

Keywords: Learning assessment. Youth and Adult Education. Evaluation subjects and objects.

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

ENCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MEB - Movimento da Educação de Base

MEC - Ministério da Educação

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos.

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	MOTIVAÇÕES PESSOAIS: MINHA HISTÓRIA ME TROUXE ATÉ AQUI.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1	A HISTÓRIA DA EJA É A HISTÓRIA DA NOSSA SOCIEDADE.....	18
2.2	OS DADOS DA EJA NO CONTEXTO ATUAL: HERANÇAS DA NOSSA TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	24
2.3	CARACTERIZAÇÃO DA EJA: ALGUNS ASPECTOS DA NOSSA LEGISLAÇÃO.....	25
3	A AVALIAÇÃO NA EJA: DESAFIOS AO RESGATE DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM.....	27
4	METODOLOGIA.....	33
4.1	ABORDAGEM: PESQUISA QUALITATIVA.....	33
4.2	NATUREZA: PESQUISA APLICADA.....	34
4.3	OBJETIVOS: PESQUISA EXPLORATÓRIA E PESQUISA EXPLICATIVA.....	35
4.4	PROCEDIMENTOS: PESQUISA DE CAMPO.....	35
4.5	CAMPO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	35
4.6	SUJEITOS DA PESQUISA.....	36
4.7	PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	36
5	ANÁLISE DOS DADOS: O QUE DIZEM OS/AS COLABORADORES/AS DA PESQUISA.....	37
5.1	A AVALIAÇÃO NA EJA PELA ÓTICA DOS DOCENTES.....	37
5.2	A AVALIAÇÃO NA EJA PELA ÓTICA DOS ESTUDANTES.....	45
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo apresentar uma pesquisa sobre a avaliação da aprendizagem, relatando como os docentes precisam repensar suas práticas avaliativas e compreenderem a importância do processo avaliativo na formação dos estudantes. Este tema se mostra pertinente, tendo em vista, que os professores em sua maioria, encontram dificuldades para realizar esta tarefa considerada complexa e muito relevante.

Na presente pesquisa buscaremos entender como o processo avaliativo tem contribuído não só na formação cidadã dos alunos em sala de aula, mas também na aprendizagem. A avaliação escolar é fundamental para a construção de nossa sociedade, entretanto, a forma como os “professores” avaliam seus alunos têm contribuído para a separação e a exclusão dos estudantes em processos dentro e fora da sala de aula. Pois, é comum nas salas de aulas grupos de alunos divididos e classificados como: alunos do grupo não satisfatório, alunos satisfatórios e os plenamente satisfatórios, isso demonstra que os professores contribuem para esta divisão na medida em que permitem e praticam esta separação.

Sabemos que a avaliação da aprendizagem durante anos tem se estruturado desta forma, assim muitos professores que estão em salas de aulas não conseguem ensinar de maneira que possam contribuir na aprendizagem dos estudantes independentemente da aprovação ou reprovação. Contudo, a avaliação recebe maior importância quando revela de forma coerente a evolução destes alunos no contexto do conhecimento, e nos ajudar a compreender que apenas a nota não se apresenta como base fundamental para avaliar a capacidade de aprendizagem dos estudantes. Deste modo, o que de fato foi aprendido será uma das partes mais importantes na formação destes sujeitos.

O foco desta pesquisa encontra-se em perceber como os professores compreendem as práticas avaliativas que exercem e os resultados dessas práticas. Desta forma, se busca compreender as causas e a partir delas, apontar caminhos que possibilitem uma avaliação mais “justa e ética”, que também esteja voltada para o campo da democratização do ensino, possibilitando aproximar compreensões sobre a diminuição de reprovação e evasão escolar.

Neste sentido, compreendemos a concepção de avaliação como aquela pela qual se busca o tempo todo estar observando e pensando as situações didáticas que envolvem aluno e professor. Portanto precisa-se tomar consciência sobre os desafios que enfrentaremos todos os dias, diante da realidade vivenciada nas escolas. Assim, procuramos buscar autores que

abordem ideias semelhantes ao objetivo deste trabalho, com a finalidade de encontrar respostas pertinentes que colaborem com as possíveis tomadas de decisões em relação aos objetivos da pesquisa.

A avaliação é um instrumento fundamental em todas as áreas da educação, desde os anos iniciais até o ensino superior. Sabemos que esta prática tem sido utilizada nas salas de aulas para aprovar ou reprovar sem “pensar” a aprendizagem. Nesta pesquisa apresentamos como finalidade maior a avaliação na EJA, Educação de Jovens e Adultos, portanto, pretendemos analisar o processo avaliativo desses estudantes, bem como suas práticas educativas, tendo em vista os alunos que pararam de ir para escola, e depois de um bom tempo fora da sala de aula, voltaram a estudar.

A avaliação da aprendizagem tem se revelado um dos grandes problemas do desenvolvimento no processo de aprendizagem nos diversos níveis e modalidade de ensino. Com a Educação de Jovens e Adultos, EJA, não tem sido diferente, essa discussão assume relevância quando se constata que muitos dos estudantes com escolaridade interrompida eram adolescentes. Estes “sujeitos” falam terem sido alvos de avaliações autoritárias e excludentes que muitas vezes se repetem quando estes alunos retornam a estudar.

Esta pesquisa tem por objetivo contribuir nas compreensões sobre a reformulação da metodologia avaliativa dos educadores atuantes nas classes da EJA, refletindo também, sobre o papel como formador de cidadãos em nossa sociedade. O importante a se considerar é que os alunos da Educação de Jovens e Adultos têm uma forma de ensino diferente dos alunos que estão em salas de aulas na idade certa, pois muitos desses jovens e adultos são trabalhadores e buscam concluir seus estudos em um espaço de tempo menor.

1.1 MOTIVAÇÕES PESSOAIS: MINHA HISTÓRIA ME TROUXE ATÉ AQUI

Pensando nas dificuldades que vivenciei durante minha trajetória escolar na educação básica e, por ter estudado na Educação de Jovens e Adultos, EJA, apresentarei motivos pessoais, acadêmicos e profissionais, sobre pesquisar na área de avaliação. A decisão de escrever sobre este assunto deu-se a partir das experiências negativas que vivenciei como estudante da escola pública. Quando comecei a estudar encontrei algumas dificuldades, pois, por falta de escola na comunidade onde morei, não fui alfabetizado na idade certa. Mesmo

concluindo os anos iniciais do ensino fundamental com a idade de catorze anos (14), não consegui ter uma formação qualitativa.

Quando iniciei os anos finais do ensino fundamental os obstáculos permaneceram, pois, não conseguia entender algumas disciplinas, mas as principais foram matemática e língua portuguesa. Minha dificuldade na área de língua portuguesa era referente à gramática e interpretação de texto, já na área de matemática não compreendia os cálculos. Por causa desta complexidade encontrei muitas dificuldades para concluir a 5ª série/6º ano, mesmo assim consegui ser promovido. Desta maneira, a minha compreensão sobre as disciplinas continuariam da mesma forma, o que tornaria minha situação mais complexa no processo de aprendizagem, pois, a cada ano de promoção as informações se ampliavam, sem construção de conhecimento.

A maior decepção que vivenciei na sala de aula, foi no ano de 1997, quando fui reprovado na disciplina de matemática. Depois de ser reprovado não queria voltar a estudar, o desejo que sempre obtive de concluir o ensino médio e cursar uma graduação acabou naquele momento. Isso se deu pela atitude de um professor que simplesmente achava que uma nota era o suficiente para dizer se haveria condição deste aluno ser promovido, sem saber qual a realidade vivenciada por ele e, como foi o seu aprendizado desde quando começou a estudar.

Após esse período de interrupção dos meus estudos, surgiu a oportunidade de concluir o ensino fundamental através do Telecurso¹, foi quando percebi que dentro mim ainda restava uma pequena vontade de continuar estudando. Mesmo sem forças, tomei a decisão de voltar para sala de aula e, sabendo que iria encontrar dificuldades, concernente a forma de aplicação de provas por parte de alguns professores, voltei a sala de aula no ano de 1998.

Mesmo tendo conhecimento das minhas fragilidades e entendendo que poderia mais uma vez me frustrar e desistir, realizei a matrícula no Telecurso, que ocorreu nos anos de 1998/1999. Nestes dois anos que participei do Telecurso, foi um momento significativo, porém, não consegui melhorias na minha aprendizagem e, continuei com as mesmas dificuldades, das quais vivenciei nos anos iniciais do ensino fundamental.

No período em que estive estudando no Telecurso, vivenciei momentos de estudos muito superficiais e resumidos. O tempo não era suficiente para o professor aplicar uma aula

¹ O Telecurso é uma tecnologia educacional reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e adotada como política pública em estados e municípios. É utilizado para a aceleração da aprendizagem nos ensinos Fundamental e Médio; na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desde 1995, a Fundação Roberto Marinho, por meio de parcerias com prefeituras, governos e instituições públicas e particulares, já implementou, em todo Brasil, 32 mil salas de aula com a Metodologia Telessala. Mais informações disponíveis em <http://www.telecurso.org.br/o-que-e-o-telecurso>.

mais aprofundada, pois, eram muitos conteúdos e, para dificultar mais, os professores aplicavam o método de ensino tradicionalista, repassando seu conhecimento, normalmente por meio de aula teórica e pouca prática. Mesmo com estas lacunas, o aprendizado foi suficiente para eu ser elevado ao 1º ano do ensino médio e, dessa forma, consegui concluir os anos iniciais do ensino fundamental no ano de 1999.

No ano 2000, finalizei o 1º ano do ensino médio, com as mesmas lacunas, porém em 2001, não consegui obter êxito e desisti na metade do 2º ano, foi um período que encontrei os maiores obstáculos em relação ao ensino médio. Por não ter compreendido a gramática da disciplina de língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, outras disciplinas, como física, química, inglês e biologia, tornaram-se mais difíceis, ocasionando minha desistência do 2º ano, resultando em uma pausa de mais seis anos fora da sala de aula.

No ano de 2007, voltei a estudar o 2º ano do ensino médio, mesmo não estando preparado por causa da formação superficial dos anos iniciais do ensino fundamental, permaneci e consegui concluir o 2º ano. Em 2008, me matriculei no 3º ano, dessa vez comecei muito bem, já tinha superado algumas dificuldades e, o meu maior objetivo naquele momento era concluir o ensino médio, o que me possibilitaria a oportunidade de cursar uma graduação. Mesmo sem ter aprendido o suficiente para uma boa formação básica, consigo concluir o ensino médio, no mesmo ano.

Com a chegada do campus da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé-PB, surge a oportunidade de cursar uma graduação. Após quatro anos que havia concluído o ensino médio consegui ingressar no curso de Educação do Campo. No primeiro momento fiquei muito feliz, porém, apreensivo, pois estaria diante de uma realidade que sonhei, mas desconhecida ao meu entendimento.

No início da graduação, vivenciei momentos bons, mesmo diante do desconhecido consegui compreender e entender os conteúdos que eram ministrados em sala de aula, não imaginando que estaria diante de métodos avaliativos que possibilitassem vivenciar mais uma vez experiências negativas, ocasionando em uma reprovação e três provas finais. Neste momento percebi que estaria diante de métodos avaliativos por partes de alguns professores que, não se diferenciavam do tradicional de quando estudei na educação básica.

Quando se fala em métodos avaliativos logo nos vem à mente exames e provas de várias formas e modelos, porém todos com a mesma finalidade, medir a capacidade do aluno através de um juízo de valor, independente de qual série esteja estudando, se na educação básica, ou até mesmo na graduação. Ao adotar o método tradicional, os professores utilizam

de instrumentos para medir o grau de aprendizagem dos seus alunos, e de forma “opressora”, transformam esses instrumentos em armas, para aprovar ou reprovar os estudantes. Dessa forma, a avaliação pode se tornar um exercício autoritário de julgamento.

No primeiro período de graduação vivenciei uma experiência que a considero absurda, quando um professor recorreu a opinião de uma colega de turma para julgar a decisão sobre minha aprovação ou reprovação em uma disciplina do curso. Este momento foi difícil, pois é perceptível que este profissional estava considerando apenas uma de avaliação em um contexto incoerente, como fator determinante para a promoção deste aluno.

Assim como na educação básica, o método tradicional também é aplicado na educação superior, tendo como base medir a capacidade dos estudantes. Quando estudei a disciplina avaliação dos processos educacionais, pude perceber o quanto alguns professores não estavam preparados para lidar com outra realidade, que não seja o método avaliativo tradicional. Sendo assim, percebe-se que este modelo de avaliação se aplica aos alunos na maioria das salas de aulas, o que é muito preocupante, com a formação dos novos estudantes que se preparam para ministrarem aulas nas escolas públicas.

Ao estudar a disciplina avaliação dos processos educacionais, pude perceber que um olhar reflexivo do professor nas avaliações escolares mostra um dos pontos mais importantes para o bom resultado do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Quando o docente tem clareza da função em relação aos métodos avaliativos como um processo complexo e amplo, ele pode construir meios fundamentais que possibilitarão a formação qualitativa e significativa, de maneira dinâmica e permanente.

Iniciei no curso de Educação do campo, em dois mil e treze e estudei por três períodos. Após este momento desisti e ingressei no curso de Ciências Sociais em dois mil e quinze estudando apenas dois períodos e também desistindo. O que motivou sair do curso de Educação do Campo mesmo gostando para estudar Ciências Sociais foi à falta de motivação, entendendo que Educação do Campo não tinha muito a oferecer como profissão, já em relação a Ciências Sociais, no início achei interessante, porém a metodologia da maioria dos professores é totalmente diferente da prática vivenciada por cada um deles, na teoria fala o que não vivenciam na prática. Sendo assim, acabei desistindo duas vezes, mas como sempre almejei concluir uma graduação, em dois mil e dezessete consegui voltar a estudar em Educação do Campo pela segunda vez. Sendo assim entendi que as vezes é preciso amadurecer para entender o quanto um curso como Educação do Campo é tão importante para nossas vidas.

Quanto aos motivos profissionais, a recompensa que temos como docentes de estar ensinando e aprendendo todos os dias é muito pertinente, portanto o papel do professor é perceber de que forma pode contribuir positivamente na construção e formação do pensamento desse sujeito e muitas vezes isso não acontece. Como docente, quero estar preparado para lidar com o conhecimento e ter em minhas mãos ferramentas e instrumentos capazes de produzir qualificações necessárias, que possibilitem despertar nos estudantes, uma consciência de que as avaliações são importantes, quando aplicadas de forma qualitativa, analisando os sujeitos como um todo.

A avaliação tem sido um meio utilizado pelos professores, para diagnosticar os alunos independentemente do contexto social que eles estejam inseridos. Portanto, diante desta observação, busco entender e compreender como o processo avaliativo pode contribuir de forma significativa diante dos grandes desafios que acontecem em diversos níveis e modalidades de ensino. Sendo assim, a partir da minha vivência como discente em sala de aula quero entender como ocorre o processo de avaliação na Educação de Jovens e Adultos na escola da rede pública.

Pensando na carreira docente, surgiram alguns questionamentos. A metodologia avaliativa na Educação de Jovens e Adultos é condizente com a realidade dos sujeitos? A avaliação atual é a melhor forma de analisar o aprendizado deste aluno? Desta forma posso pensar o processo de avaliação em uma perspectiva qualitativa, a qual tem se constituído um desafio para os educadores de um modo geral, principalmente na Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos tem sido um desafio não só para os professores que estão em sala de aula, mas também para os alunos. Quando estudei na EJA, percebi estar diante de uma realidade nada fácil, pois, o tempo de formação é menor do que o ensino regular e, os professores precisam prepara-se para enfrentar este modelo de ensino, que necessita de uma dedicação maior, podendo possibilitar uma formação adequada para estes sujeitos.

Na minha experiência como discente da EJA, posso afirmar que, se os professores não se dedicarem com mais atenção à metodologia de ensino, observando a realidade vivenciada por cada aluno, não só na sala de aula, mas também a partir do contexto social em que estes sujeitos estão inseridos, os docentes terão dificuldades de propor uma aula qualitativa. Dessa forma acabam limitando a capacidade de aprendizagem destes alunos, apenas em uma simples prova.

Por ter vivenciado minha infância, adolescência e juventude e, ter vivência com o meio rural até os dias atuais, a Educação do Campo me chama muito atenção, pois, são grandes as dificuldades encontradas pelos caminhos por onde passam as crianças e jovens desse meio. Além disso, chegar à escola é um grande problema, as distâncias são quilométricas, faça chuva ou faça sol, o que possibilita risco a integridade física e emocional dos alunos, além do cansaço por ter que se deslocar para chegar à escola em algumas horas de caminhada.

Neste sentido, se compreende que a Educação do Campo tem sido desafiadora para os sujeitos que vivem esta realidade. A maioria destas pessoas começa a trabalharmuito cedo, tendo que estudar e trabalhar e quando não conseguem conciliar trabalho e escola, o estudo fica em segundo plano. Deste modo, muitos estudantes desistem de ir à escola. Portanto, tudo isso me motiva a pesquisar na área de avaliação a partir da educação de jovens e adulto em uma perspectiva do sujeito da escola publica advindo do campo.

A exclusão e a desigualdade social são palavras que refletem atitudes similares por parte de quem às pratica e, por parte daqueles que sofrem suas consequências como sujeitas trabalhadores e muitas vezes sem oportunidades de estudar. Os camponeses sempre foram “desprezados” e vistos como pessoas sem dignidade por serem “pobres”. A educação escolar para estas pessoas não existia, pois simplesmente a obrigação delas era trabalhar para tentarem sobreviver.

A Educação do Campo é uma proposta abrangente que visa à formação do homem e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. O princípio da Educação do Campo é a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos de direitos do processo educacional e de sua própria identidade. A Educação do Campo é destinada as pessoas que nascem, crescem, vivem e trabalham no campo, e que mesmo estudando na cidade, muitas delas das quais os alunos estudam são cidades rurais. Assim, os aspectos pedagógicos e metodológicos devem considerar o perfil destas pessoas.

A Educação de Jovens e Adultos é um direito assegurado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é assegurado gratuitamente aos que não tiveram acesso na idade certa e segundo a LDBEN o poder público deverá estimular o acesso e permanência do jovem e do adulto na escola. Portanto diante dos direitos que os jovens e adultos tem garantido por lei, é muito gratificante para uma pessoa leiga ler e escrever consciente da

necessidade e importância da educação para sua vida, ou seja, um novo mundo surge diante de sua visão.

Com esta oportunidade que os alunos integrantes da EJA têm de voltar a estudar, ler e escrever, estes sujeitos podem continuar seus estudos e utilizá-los para sua formação crítica e social, enxergando a escola com uma oportunidade para um futuro melhor de nossa sociedade.

Diante do que foi exposto, reafirmamos que nossa curiosidade epistêmica se manifesta na seguinte pergunta de pesquisa: Qual o papel da avaliação, em específico na EJA, na construção da aprendizagem e na superação dos obstáculos vivenciados pelo aluno?

Nessa direção traçamos como **objetivo geral**: compreender qual o papel da avaliação na construção da aprendizagem e na superação dos obstáculos vivenciados pelo aluno da EJA. E como **objetivos específicos**, delineamos os seguintes itens: a) mapear os sujeitos e objetos da avaliação; b) identificar os tipos das avaliações aplicadas; c) caracterizar as finalidades da avaliação realizadas numa turma de EJA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para dar suporte às discussões e análises que pretendemos pautar nessa pesquisa, tomaremos como cerne as seguintes categorias teóricas: Educação de Jovens e Adultos; e Avaliação Escolar. Nessa direção, iremos realizar o levantamento das obras e autores mais pertinentes à compreensão de nossa pergunta de pesquisa, considerando ainda nosso compromisso ético e profissional de contribuir com os estudos que já vem sendo desenvolvidos sobre essas temáticas, bem como pela nossa universidade.

2.1 A HISTÓRIA DA EJA É A HISTÓRIA DE NOSSA SOCIEDADE

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma longa história a ser contada e comentada. O processo de escolarização começou no início da colonização do Brasil e o objetivo dessa educação era ensinar a população novos costumes advindos de outras culturas, para poderem conquistar as terras e escravizar nossa sociedade mostrando para eles uma nova forma de viver.

Os jesuítas acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever. Até aqui se verifica a importância da alfabetização (catequização) na vida dos adultos, para que as pessoas “não infantis” não só servissem a Igreja Católica uma das instituições maiores da época, como também para o trabalho (SOUZA, 2007). Os Jesuítas dedicaram-se a duas ideias primordiais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo.

Esta forma de educação não busca mostrar para eles (índios) uma educação de qualidade, pois já começam desconstruindo seus costumes impondo condições diferentes, uma realidade que era desconhecida para os nativos brasileiros, portanto a nossa educação já começou de forma exploratório, no sentido que se aprendesse alguma coisa teria que dá algo em troca, se constituindo um desafio, deixando de viver o que “aprendeu” para aprender o que não viveu.

A história da sociedade brasileira não é fácil de compreender até porque se esconde boa parte da realidade como ela foi. Muitas pessoas não sabem que a catequização foi uma das muitas estratégias para colonizar os nativos, e a melhor forma era ensinar novos costumes, vindo de outras culturas, pois, na medida em que ensinavam as primeiras letras, ensinavam também a doutrina católica e conquistavam os nativos com outros interesses. Dessa forma, pode-se observar que a Educação de Jovens e Adultos não é recente no país, pois pode ser verificada desde o Brasil/Colônia. Quando se falava em educação para a população.

O processo de educação escolarizada no Brasil começou somente no século XVI, pois como o interesse dos portugueses era conquistar a terra brasileira a melhor forma possível era começarem pela educação. De acordo, com Soares (1996), a primeira experiência de alfabetização iniciada pelos os jesuítas no período colonial foi com filhos dos colonos e os mestiços que tiveram suas primeiras instruções através das escolas de ordenação criadas pelo Padre Manuel de Nóbrega.

Sabemos que esta forma de educação não era uma educação de qualidade e igualitária a todos como pessoas sociais, pois através da catequização se ensinava as línguas portuguesa e espanhola, incluindo outra cultura que não era nossa, um novo modelo de vida baseado nos europeus, na religião católica, tendo como público principal crianças indígenas, pois se acreditava que por ser crianças o desenvolvimento intelectual seria mais fácil de ser realizado. De acordo, com Strelhow,(2010, p.51)

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, poderemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas também adultos foram também submetidos à intensa ação cultural e educacional”. A Companhia Missionária de Jesus tinha a função básica de catequizar (iniciação à fê).

Compreendemos que o autor concorda que o propósito da educação na época colonial não era proporcionar uma aprendizagem de qualidade, voltada para a realidade vivenciada por cada pessoa em sua própria cultura, mas de condicionar os estudantes a seguirem um modelo de educação no qual predominava a religião católica como base primordial e modelo de sociedade. Mesmo com o passar dos anos, décadas e séculos é notório que este modelo de educação não mudou muito, pois a construção da aprendizagem segue-se limitada e dominada por uma minoria que “determina” como deve ser nossa educação.

Segundo Ferreira (2018, p.17),além das crianças era necessário ensinar os jovens e adultos, assim eles iam se tornar "civilizados", deixando de ser "selvagens". Para os europeus os nativos não tinham cultura, por isso era necessário salva-los, os ensinando a ser "gente" através da religião e da cultura. Esta forma de condicionar a sociedade da época em um modelo de educação europeia demonstra o poder que uma cultura tida como superior, exerce sobre outras. Desta forma, compreendesse que pensar outra cultura ou passar a viver outra cultura seria o modelo ideal para termos não só uma educação diferente, mas também uma sociedade que pensasse diferente.

Na realidade não era isso que os nativos queriam, pois, não é algo positivouma cultura que imponha sobre outras um único modelo de sociedade, um único modo de viver.

Compreendemos que a educação tenha que proporcionar aprendizado superando os obstáculos encontrados e não possibilitando mais problemas. Neste modelo de educação europeia, se observa que não houve uma preocupação com os nativos, pois não valorizaram o que havia de melhor na cultura brasileira, já que o interesse não era de fato possibilitar uma educação qualitativa igualitária para todos, mas, uma educação que dominassem os menos favorecidos.

Com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, alterando o ensino até então estabelecido veio a responsabilidade do Estado brasileiro de legislar sobre o ensino no Brasil. Neste momento temos o Estado Imperial Brasileiro, um período da história brasileira entre 7 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) e 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República).

Novas ações sobre a educação de adultos ocorrem na época do Império. Foram abertas escolas noturnas para ensino de adultos, estas tinham baixa qualidade, e os cursos, normalmente, eram de curta duração. Segundo, Soares (1996) a constituição Imperial de 1824 oferecia a todos os cidadãos a instrução primária gratuita. Contudo, essa titularidade de cidadania era restrita às pessoas livres saídas das elites e que viriam a ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções da política.

Após a expulsão dos jesuítas e a possibilidade de se pensar em uma educação igualitária, tendo em vista que a responsabilidade da educação seria do estado, não se percebe diferença na realidade da educação, os anos passam a população aumenta, mas a desigualdade educacional permanece.

Com o fracasso do sistema colonial e chegada do Império, que por sua vez era voltado para a classe dominante, excluindo mais ainda os indígenas, negros e as mulheres, em vez de garantir e valorizar a educação aos mesmos restringia a educação para os filhos de colonizadores. Portanto, se observar que o analfabetismo não é um fato natural, mas uma realidade construída, político, social e cultural, na medida em que o ensino era limitado socialmente e culturalmente para os negros, os indígenas e as mulheres por serem considerados inferiores. Sendo assim a educação tinha um grupo específico voltado simplesmente para o gênero masculino e de pele branca que pertencesse a elite.

De acordo com Ferreira (2018, p.18), no caso das mulheres era mais desigual, mesmo que elas fossem de classe nobre e de pele branca não poderia estudar, pois a função das mulheres era ser dona de casa e cuidar dos filhos, não podiam exercer outras funções na sociedade, o sistema político em vigor era patriarcal. A mulher tinha que ser do lar, isso significava que ela tinha que estar sempre arrumada, mas não muito, sua conduta tinha que ser

inquestionável, uma pessoa reservada e tímida jamais poderia desobedecer ao marido, seu papel unicamente era cuidar da casa, dos filhos, por esse motivo que elas não precisavam de estudo, sua obrigação era cuidar da família do lar.

Segundo Strelhow,(2010, p. 51),a partir do Ato Adicional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos”. Em 1834 houve uma mudança, a instrução primária e secundária foi designada especialmente para os jovens e adultos, sendo responsáveis as províncias pelo ensino dos mesmos.

Mesmo com as mudanças que aconteceram no século XIX, onde os jovens e adultos iriam receber uma educação primária e secundária que estaria responsabilidades das províncias, sabemos que esta educação era carregada de um princípio missionário e caridoso também não houve progresso, o aprendizado dessas pessoas era uma forma de dominação da elite mesmo que alguns conseguissem o letramento não eram ensinados a pensar.

Segundo Ferreira (2018, p.18), a educação sempre foi limitada para um grupo de pessoas pertencentes a elite, excluindo principalmente os jovens e adultos pertencentes as classes menos favorecidas, que apesar de terem direito a instrução, a mesma era negligenciada, realizada por quem quisesse ensinar. Os “profissionais” escolhidos para lecionar não precisavam de uma formação específica, se soubesse ler e escrever pouco ou muito não importava, pois, o ato de ensinar para as pessoas analfabetas era visto como uma ação de caridade.

É perceptível como o modelo de educação determinado pelos europeus contribuiu negativamente para nossa sociedade, como visto anteriormente para uma pessoa analfabeta “aprender ler ou escrever”, qualquer pessoa estaria apta a ensinar, já que para um sujeito que não conhecia o letramento, na visão da elite e do poder dominador era natural. Portanto a educação para essas pessoas excluídas e menos favorecidas seria uma caridade, não precisando de professores qualificados para ensinar. Por isso é que a nossa educação mesmo no século XXI, vivencia as dificuldades que vemos, o número de analfabetos que há em nosso país é muito grande, e de alunos evadidos das escolas, principalmente da EJA.

De acordo com Ferreira (2018, p.19), de 1889 a 1930 foi o período denominado República Velha ou a primeira República brasileira, este modelo de administração baseava-se no federalismo, tendo como modelo os Estados Unidos. República de princípio significa "uma determinada coisa que é de todos", ou seja, todos têm direitos iguais. Porém, esse público é um tanto questionável, pois apesar de estar em uma "democracia", onde todos os cidadãos

poderiam escolher seus representantes políticos através do voto, no entanto esse voto se restringe a elite dominante.

Assim como os votos era restrito a um grupo da elite que dominava a sociedade, com a educação não era diferente, pois mesmo no papel estando escrito que o direito igualitário é para todos isso de fato não acontece. No início do século XX houve uma mobilização que tinha como objetivo erradicar o analfabetismo, pois culpavam as pessoas analfabetas pela situação do subdesenvolvimento do nosso país.

Em 1915 foi criada a liga brasileira contra o analfabetismo Associação Brasileira de Educação (ABE). Esta foi a primeira organização de Profissionais da Educação do Brasil. Nesse momento o mesmo poder que não possibilitou uma educação de aprendizagem e igualitária aos sujeitos da época, faz uma manobra na qual alfabetizar estas pessoas possibilitaria o desenvolvimento do país. Observa-se que os interesses da elite não eram transformar sujeitos para pensarem diferentes, como homens e mulheres de direitos que são. O objetivo desta “preocupação” era ensinar e condicionar o que eles deveriam fazer. Portanto, nesse momento de erradicar o analfabetismo através das escolas, principalmente com aEJA, tinha supostamente o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do país.

Fica evidente que desde a colonização do nosso país(Brasil), se percebe que a elite masculina e de pele branca tem conseguido “dominar” vários setores da sociedade. Esta realidade proporcionou uma desigualdade e divisão social, cultural e religiosa para com os sujeitos que deveriam ter direitos iguais. A educação poderia ser o caminho mais fácil para que se chegasse ao conhecimento pleno de seus direitos e deveres, mas não acontece, pois toda trajetória educacional da nossa sociedade tiveram os escolhidos e os excluídos. Diante desta situação vivemos em um país onde existem milhares de “analfabetos” em pleno século XXI.

Estamos vivenciando uma realidade que foi construída a partir de uma imposição cultural religiosa, social e elitista europeia. Todavia, frente os desafios e obstáculos que enfrentamos por séculos surgem a seguinte pergunta: O que pode se fazer para que consigamos inverter esta situação que causou divisões e prejudica os mais necessitados? É visto que mesmo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sendo uma porta aberta para os sujeitos sem escolaridade ou com pouca escolaridade poderem concluir seus estudos de modo formal, percebe-se que mesmo com esta possibilidade tem sido um grande desafio.

De acordo com Soares (1996), a partir do século XX, em 1940 foi um período de muitas mudanças na Educação de Jovens e Adultos, quando houve iniciativas políticas e

pedagógicas, com os surgimentos das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo, o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos² (CEAA), fazendo com que ocorresse uma preocupação com a elaboração de materiais didáticos para adultos.

Segundo Soares (1996), ao observar que pequenas mudanças começariam acontecer em relação a Educação de Jovens e Adultos presumia-se que diante das dificuldades vivenciada e os obstáculos encontrados no percurso da história educacional do nosso país seriam essas mudanças o começo de uma transformação por meio do supletivo e assim, um olhar mais atencioso para estes estudantes.

Em 1945, segundo Soares (1996), com o fim da ditadura de Vargas, o país começou a viver uma grande revolução no campo da política, e a sociedade passou por momentos de grandes crises. Houveram diversas críticas quanto aos adultos analfabetos, até mesmo foram culpados pelo analfabetismo estar causando a falta de desenvolvimento do país. Passou-se a buscar uma educação para todos a fim de que o desenvolvimento se tornasse possível, o que fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade.

Ainda em 1950 e no início dos anos 1960, o educador Paulo Freire emerge no cenário nacional com uma proposta de alfabetização e conscientização, que fosse um instrumento de libertação das classes oprimidas. Em 1963, Paulo Freire apresenta o Plano Nacional de Alfabetização³ (PNA). Este propunha um movimento de alfabetização que considerasse o contexto de cada comunidade.

É perceptível que a Educação de Jovens e Adultos começa a se fortalecer mesmo diante de tantas dificuldades vivenciadas. Com as pessoas reivindicando o direito a educação, a partir da década de (1990), a Educação de Jovens e Adultos passa a ser considerada uma modalidade de ensino a partir da Lei n. 9.394/96 e esta concepção se fortalece com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, do Parecer n. 11/2000 e da Resolução n. 1/2000 que tratam das Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos. Porém, isto não apresenta uma mudança radical nas escolas que seguem uma compreensão da EJA,

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira iniciativa governamental para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais.²

Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos — considerando a situação, as demandas e necessidades locais.

sabemos que mesmo com melhorias esse modelo de ensino estar na oferta de escolarização em um espaço curto de tempo.

Dessa forma, percebe-se que a nossa trajetória de educação não mudou muito, são mais de quatro séculos vivenciando de dificuldades com a nossa educação. Portanto, precisamos lutar sempre mesmo que os desafios possam continuar, com isso podemos proporcionar um modelo de ensino para todos com os mesmos níveis de aprendizagem.

2.2 OS DADOS DA EJA NO CONTEXTO ATUAL: HERANÇAS DE NOSSA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Segundo Miriam Barbosa (2018), no Brasil em 2016, 7,2% da população era analfabeta. A situação é mais grave entre pessoas com mais de 60 anos (20,4%) e negras. De cada dez pessoas idosas pretas ou pardas, três são analfabetas. Entre as pessoas brancas, apenas uma pessoa idosa é analfabeta em cada dez, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2016.

Dados do IBGE de 2016 apontam que o Brasil tinha quase 25 milhões de jovens com idade entre 14 e 29 anos, fora da escola. De acordo com uma pesquisa do IBGE o principal motivo de afastamento dos estudos citado por 41% das pessoas jovens, foi o trabalho. No caso dos homens, a segunda justificativa mais citada foi a falta de interesse. Já o segundo fator mais apontado pelas mulheres foi a necessidade de cuidar de afazeres domésticos do lar

Porém, a quantidade de pessoas sem instrução no Brasil reduziu em 2017. Uma pesquisa realizada pelo IBGE mostra que pessoas de 25 anos ou mais que não completaram nenhum ano do ensino fundamental caiu de 10,7% em 2016 para 8,8% em 2017. A maior incidência de pessoas sem instrução foi observada no Nordeste, 16,5%, e a menor no Sudeste, com 5,5% (PNADC/IBGE, 2017). Contudo, em 2017 a taxa de analfabetismo ainda é considerável, 7% dos jovens de 15 anos ou mais e 19,3% das pessoas com 60 anos ou mais (PNADC/IBGE, 2017)

Tabela 1 – Número de matrículas EJA 2015 – 2017 por etapa de ensino, localização/dependência administrativa

Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino Localização/Dependência Administrativa.						
Ano	Total	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Profissionalizante	Localização Urbana	Localização Rural
2017	3.598.716	2.172.904	1.390.769	35.043	3.172.947	425.769
2016	3.482.174	2.043.623	1.342.137	96.414	3.106.567	375.607
2015	3.491.869	2.115.217	1.270.198	106.454	3.047.208	444.661

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica, (adaptada)

Os dados atuais sobre a EJA, no Brasil demonstram que ocorreu um aumento no número de alunos matriculados no ano de 2017 (dois mil e dezessete), superando os dois anos anteriores. Sendo assim pode-se perceber que mais alunos estão tendo a oportunidade de concluírem o ensino fundamental e médio. Concernente a localização é perceptível que os matriculados na área urbana cresceram gradativamente nos três anos seguidos diferentemente dos da área rural que o número de alunos matriculados em 2017, superou apenas 2016, pois 2015 teve mais alunos matriculados do que os dois anos posteriores na área rural. Portanto, mesmo com aumento de alunos matriculados na EJA, ainda estamos muito distantes de uma educação de qualidade e igualitária a todos.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA EJA: ALGUNS ASPECTOS DA NOSSA LEGISLAÇÃO

Segundo Miriam Barbosa (2018), um breve panorama dos marcos históricos da EJA no Brasil nos revela que se faz notável desde a época da Colonização com os Jesuítas, perpassando pelo Plano Nacional da Educação de 1934, pela Campanha de Educação de Adultos em 1947, Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) em 1950, pelo Movimento da Educação de Base (MEB) de 1960 e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) de 1967; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 5.692/71 – Ensino Supletivo) em 1971, criação da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) nos anos 80, até a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) onde se reafirmou o direito dos jovens e adultos ao

ensino básico, chegando ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA) em 2002 e a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo – Programa Brasil Alfabetizado (Projeto Escola de Fábrica, PROJOVEM e PROEJA) e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) em 2007.

De acordo com a caracterização da legislação da EJA, no Brasil é perceptível que muitas coisas mudaram em benefício dos estudantes da EJA, pois, como podemos observar no texto acima citado, ao longo da história da Educação de Jovens e Adultos tem se buscado fortalecer este modelo de educação através de leis que assegurem os direitos destes sujeitos.

3 A AVALIAÇÃO NA EJA: DESAFIOS AO RESGATE DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DIREITO À APRENDIZAGEM

A avaliação caracteriza-se pelas práticas adotadas por professores no intuito de investigar o grau de aprendizagem de determinado aluno e como processo que compõe também a avaliação como instrumento para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem e na prática docente. Esta prática de avaliação possibilita fazer as devidas intervenções na educação, a fim de se obter melhores resultados na qualidade do ensino.

O processo de avaliação na EJA assim como em qualquer outra modalidade de ensino é um momento muito importante na didática do professor, isto porque este é um momento de compreendê-la como um processo contínuo e sistemático para que se possa acompanhar a evolução do aluno ao longo da sua jornada, e assim, fazer as devidas intervenções quando necessárias, no intuito de que sejam alcançados os objetivos, o ensino e aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem tem sido ao longo do tempo discussão de educadores e objeto de estudo de vários teóricos, dado ao seu papel importante na educação, no entanto, continua sendo um dos grandes entraves na educação, pois, a avaliação vem sendo utilizada ainda em seu modelo tradicional.

De acordo com Mizukami (2007, p. 10), a abordagem tradicional, que predominou no Brasil até a década de 1930, e ainda é aplicada em algumas escolas nos dias de hoje, era embasada pela ideia de que os professores detinham todo o saber e deveriam repassá-lo a seus alunos, cabendo a estes, em grande parte, a memorização dos conteúdos transmitidos. Os educandos eram classificados por sua capacidade de memorização, sendo alguns rotulados como não inteligentes por não conseguirem memorizar. Nesse sentido, a inteligência era vista como uma ferramenta de armazenar informações. Portanto, quanto mais informações uma pessoa pudesse memorizar, mais inteligente era considerada.

Algumas instituições, assim como alguns professores, avaliam o rendimento escolar de seus alunos usando as provas, prioritariamente, sendo este, supostamente o “medidor” das aprendizagens, quantificando erros e acertos e atribuindo a eles uma “nota”, desconsiderando as outras formas de avaliar, considerando a aprendizagem em todo seu processo.

Nesta visão de avaliação da aprendizagem, a mesma se move única e exclusivamente em torno de aprovação e reprovação, pais, professores e sistema do ensino visam à aprovação, os pais pensando no avanço de séries por seus filhos, os professores utilizando os

procedimentos de avaliação, para manter a ordem, ameaçar estudantes e fazê-los se interessarem pelos estudos, e o sistema de ensino por sua vez se interessa pelos percentuais de aprovação e reprovação do total dos alunos.

Como afirma Luckesi (2003): “O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino aprendizagem”. (p. 18). Selecionando alunos que sabem, excluindo os que não sabem, como se a função da educação fosse selecionar e não ensinar.

Uma das obras consultadas que nortearam esta pesquisa, é de Luckesi (2003), que fala a forma como a avaliação, segundo sua visão tem sido atravessada por uma pedagogia do exame em detrimento de uma pedagogia de ensino-aprendizagem.

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p. 18).

Quando a escola pratica a avaliação nem sempre se dá conta de como esta vem ocorrendo e principalmente sobre o resultado da mesmo na aprendizagem dos alunos. O alto índice de reprovação, por parte destes sujeitos em especial alunos da EJA, demonstra que as formas de avaliação utilizadas por grande parte das escolas ao longo da história estão contribuindo para o fracasso escolar nesta modalidade de ensino.

Segundo Luckesi (2003), o fato de a avaliação ser atravessada por uma pedagogia do exame em detrimento de uma pedagogia de ensino aprendizagem, muitas vezes pelo fato de alguns professores utilizam as provas como um fator negativo de motivação, já que por meio delas o professor ameaça e pune os alunos, condicionando-os a estudarem por medo, na verdade eles acreditam que dando ênfase as provas nos dias que as antecedem, chamando a atenção dos alunos para estudarem, com a justificativa de que a prova será difícil, estão motivando os alunos à aprendizagem. Assim, os professores e por conseguinte a escola vão desenvolvendo uma conotação negativa aos olhos dos estudantes, os levando a acreditar erroneamente que devem estudar para tirar notas boas e não para aprender.

Mesmo diante de tudo que foi citado acima, sabe-se que os exames escolares, da forma como conhecemos hoje, foram sistematizados ao longo do século XVI e primeira metade do século XVII, mais especificamente quando os jesuítas elaboraram um documento publicado em 1599, intitulado, Ordenamento e Institucionalização dos Estudos na Sociedade de Jesus, popularmente conhecido como Ratio Studiorum. Esse documento formalizava o modo como deveriam ser administradas as práticas pedagógicas das escolas jesuítas e descrevia dentre muitas instruções, como os alunos deveriam ser examinados ao final de um ano letivo vigente prática ainda bastante comum em nossas escolas.

Segundo Cipriano Luckesi, (1998), nesse documento está normatizado que, no momento das provas, os estudantes não poderiam solicitar nada que necessitem nem aos seus colegas, nem ao profissional que toma conta da turma, não deveriam sentar-se em carteiras conjugadas, mas caso isso ocorresse, o professor deveria prestar muita atenção ao comportamento dos dois alunos, para que um não copiasse a resposta do outro, o tempo da prova deveria ser previamente estabelecido, e não eram permitidos acréscimos de tempo.

Sendo assim percebe-se que não é de hoje que o processo avaliativo é visto como medir a capacidade ou conhecimento de alguém, por isso é que, muitos não compreendem o quanto a avaliação da aprendizagem é fundamental e significativa na formação dos sujeitos. Por falta desse entendimento ou por não se esforçarem a compreender a diferença que existem entre a aprendizagem e a medição é tão natural a avaliação estar ligada diretamente a nota que o aluno recebe nas salas de aulas.

A avaliação da aprendizagem é vista como processo cuja finalidade é verificar até que ponto as experiências desenvolvidas e organizadas, e se estão produzindo os resultados esperados. Portanto, é através do processo avaliativo que se pode analisar em que medidas os objetivos educacionais estão sendo alcançados.

Sabe-se que a avaliação ao longo do tempo tem se constituído um problema na prática pedagógica. Pesquisas têm sido feitas tanto por professores como por pesquisadores para tentarem entender as causas que levam ao alto índice de evasão e repetência escolar. Portanto, o número de alunos evadidos da escola é uma realidade vivenciada principalmente na EJA. Dessa forma, surgem questionamentos: como tem sido o discurso e as práticas pedagógicas que se aplicam a esses alunos? Pois, sabe-se que o processo de avaliação e aprendizagem pode contribuir positivamente para com a permanência desses sujeitos em sala de aula.

Deste modo, podemos perceber que outro problema surge concernente à avaliação da aprendizagem na escola de jovens e adultos, é o período de tempo curto, ou seja, metade do

que se estuda em uma escola regular. Dessa forma a aprendizagem precisa ser mais rápida podendo dificultar a desenvolvimento destes alunos. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos é desafiadora tanto para os alunos como para os professores, os alunos têm outras atividades diárias, e por isso só podem estudar no período noturno. Sabe-se que, a maioria dos estudantes, devido ao cansaço físico chegam sem motivação para enfrentarem algumas horas de aulas.

Para os professores também é um grande desafio, enquanto os alunos estão desmotivados para mais uma aula, os professores precisam estar preparados, pois tem que criarem situações das quais os alunos sintam vontade de permanecer na aula, mas sabe-se que não é bem assim que acontece. A realidade é que muitos dos professores já chegam à sala de aula sem motivação devido ao baixo salário que recebe, e acabam não dando importância para os resultados obtidos na aprendizagem dos alunos, mas apenas com finalidade de aplicar conteúdos.

Uma das definições mais comuns e significativas atribuídas a avaliação da aprendizagem foi formulada por Luckesi (1998), de que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

De acordo com Luckesi (2011), juízo de valor compreende uma afirmação ou negação qualitativa sobre um determinado objeto, tendo como base critérios previamente estabelecidos. Esse julgamento se faz com base nos caracteres relevantes da realidade relacionados com os objetivos que se quer alcançar. E por último, a avaliação exige uma tomada de decisão sobre o objeto avaliado, ou seja, que pode conduzir para a classificação ou enquadramento do aluno em números ou determinados padrões estabelecidos como definitivos.

Segundo Luckesi (1988), pode-se citar três modalidades de avaliação, que na prática, devem estar inter-relacionadas entre si: somativa, formativa e diagnóstica. A partir deste entendimento pode-se ter uma compreensão do papel significativo e fundamental, do quanto estas modalidades podem contribuir positivamente ou negativamente para a aprendizagem dos alunos.

A avaliação somativa é aquela que ocorre no final de um curso, de um bimestre ou semestre, isto é, após um determinado período de tempo, com a finalidade de classificar os alunos segundo os níveis de aproveitamento, cujos resultados são expressos em notas e conceitos.

A avaliação formativa ocorre durante o processo ensino-aprendizagem, para verificar o grau de domínio de aprendizagem. A avaliação formativa desempenha papel importante, uma vez que associada a diagnóstica revela-se um instrumento de aprimoramento de critérios qualitativos.

A avaliação diagnóstica é utilizada com dois objetivos: detectar o nível em que se encontram os alunos no início do processo, com relação as habilidades, experiências acumuladas e outros conhecimentos, bem como, detectar as causas de suas dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem. A avaliação diagnóstica serve de instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno.

No primeiro caso, a avaliação assume a função classificatória, constituindo-se num instrumento autoritário, que impede o processo de crescimento intelectual do aluno, na medida em que o professor tem o poder de classificar os alunos de forma arbitrária e definitiva por meio de conceito ou nota que atribui, baseando-se em critérios mal definidos e arbitrários.

Desta forma, como aponta Luckesi (1988, p.72):

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e formador do processo de crescimento; com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento de ação de crescimento para a autonomia do crescimento para a competência etc, como diagnóstico, ela será um momento dialético do senso de estágio em que se está e de sua distância em relação à perspectiva que está coloca como ponto a ser atingido a frente.

Neste sentido, a avaliação classificatória é utilizada por diversos professores como um instrumento disciplinar e amedrontador, que em certos momentos serve de punição para certas atitudes de alguns alunos. Entretanto, a função da avaliação diagnóstica, ao contrário da classificatória compõem um momento de discussão que busca o avançar no desenvolvimento, no desempenho das competências dos alunos para que se promova essa autonomia.

A avaliação é alvo de indagações e de controvérsias, porém, a avaliação vincula-se aos processos desenvolvidos sob a ótica da emancipação social, sendo indispensável para que as práticas escolares sejam democratizadas. “Avaliar, como tarefa docente, mobiliza corações e mentes, afeto e razão, desejos e possibilidades. É uma tarefa que dá identidade à professora, normatiza sua ação, define etapas e procedimentos escolares, media relações, determina continuidade e rupturas, orienta a prática pedagógica” (ESTEBAN, 2003, p.10).

Como afirma, Luckesi (1995):

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. É importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos de conhecimentos necessários. Desse modo, a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para sua aprendizagem. Se um aluno está defasado não há que pura e simplesmente, reprová-lo, e mantê-lo nessa situação (LUCKESI, 1995, p.81).

Deste modo, o processo avaliativo precisa ser visto com mais atenção por parte dos professores, pois a partir deste processo de avaliação se tomará decisões muito importantes, que se não atentar para os devidos cuidados, pode implicar em situações constrangedoras para com a vivência escolar destes alunos.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser considerada como uma atribuição de qualidade, não podendo ter um aspecto classificatório, tem que oferecer subsídios para uma tomada de decisão, direcionando o aprendizado, conduzindo a ação. Assim, Luckesi (1995) relata que “O objetivo da aferição do aproveitamento escolar não será a aprovação ou reprovação do educando, e sim o direcionamento da aprendizagem e desenvolvimento”. (p. 96).

Portanto, o processo avaliativo é muito importante para que esses alunos possam ter esta compreensão de mundo, e isso só acontecerá se for possibilitado o direito a avaliação da aprendizagem igualitária a todos os indivíduos.

4 METODOLOGIA

O caminho metodológico a ser utilizado para esta pesquisa considera os seguintes elementos: a) abordagem de pesquisa; b) campo; c) sujeitos; d) fontes; e) procedimentos de coleta e produção dos dados; f) procedimentos de análise. Assim, destacamos que conforme o documento intitulado “MANUAL PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO”, a metodologia deve considerar os seguintes aspectos:

4.1 ABORDAGEM: PESQUISA QUALITATIVA

Segundo Goldinberg (1997.p.34), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da pesquisa de um grupo social, de uma organização, etc. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Segundo (DESLAURIERS, 1991, p. 58). Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que deve ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: sejam elas pequenas ou grandes, o que importa é que elas sejam capazes de produzir novas informações.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por sua experiência, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os fidedignos; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Entretanto, o pesquisador deve estar atento para alguns limites e riscos da pesquisa qualitativa, tais como: excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objeto de estudo; falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sobre enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação a seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados.

4.2 NATUREZA: PESQUISA APLICADA

Segundo Gil (2008), a pesquisa aplicada tem por objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos a solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais buscando respostas para indagações relacionadas a determinado problema, e esse procedimento é formalizado através de métodos científico.

Portanto pode-se definir pesquisa social como o processo que utilizando a metodologia científica, permita a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com os outros homens e instituições.

A partir daí pode-se entender a importância da pesquisa aplicada, ela nos mostra que caminho devemos percorrer para solucionar antigos ou desconhecidos problemas, e com isso mostrar uma realidade já ultrapassada que não condiz com o que de fato necessita. A pesquisa se mostra relevante neste trabalho para demonstrar a avaliação e os seus desafios e promover aproximações teóricas para o resgate do direito à educação e do direito à aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos.

4.3 OBJETIVOS: PESQUISA EXPLORATÓRIA E PESQUISA EXPLICATIVA

(GIL, 2008). Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar entender o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

4.4 PROCEDIMENTOS: PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. Nesta pesquisa busca-se compreender os aspectos da avaliação na EJA, conseguindo informações acerca do problema a ser avaliado, e descobrindo o que estar por trás deste fenômeno e suas possíveis relações.

4.5 CAMPO DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Nossa pesquisa foi realizada na Escola M.E.F. Presidente Vargas, localizada no município de Sumé-PB, Rua Antônio Cazusa, centro da cidade. A mesma atende uma demanda diversificada de alunos, bem como oferece a EJA e, portanto foi escolhida como campo de pesquisa. A escolha dessa escola se deu por também ter vivenciado esta experiência na Educação de Jovens e Adultos, e por saber que as dificuldades são existentes, pois, para os alunos da EJA, estar estudando novamente, precisa de motivação e coragem, não só para começar a estudar novamente, mas para permanecer até a conclusão dos estudos.

O Município de Sumé localiza-se no Cariri Paraibano, no semiárido do Nordeste Brasileiro, a uma distância de 261 km da capital, João Pessoa, numa altitude de 533 metros, localizado geograficamente a 7°40' 13' – latitude Sul e 36° 52' 58' – longitude Oeste, faz parte do micro região homogênea do Cariri Ocidental paraibano e apresenta uma população de 16.966 habitantes (estimativa, IBGE, 2017), e uma área de 843,20 km, com densidade demográfica de 19,16 habitantes por km, o que lhe confere a posição de segundo maior Município do micro região do Cariri Ocidental Paraibano.

Sumé apresenta um relevo ondulado, sendo as Serras dos Sucurus a principal elevação. Seu clima semiárido apresenta um regime de chuvas variando entre 600 e 800 mm anuais e temperatura média entre 26° e 35° C.

Nosso campo de pesquisa comporta 21 professores, todos têm curso superior e estão atuando na sua área de formação, 04 auxiliares de serviços, 02 porteiros, 02 cozinheiros, 01

vice-diretor, 01 coordenador pedagógico, 01 diretor, 02 secretários, 421 alunos devidamente matriculados e distribuídos por turnos, sendo: 173 de manhã, 132 à tarde, e 111 na EJA, que estão distribuídos em quatro ciclos e estudam no turno da noite. No ciclo I e II, estudam os alunos do primeiro ano ao quinto ano, são 16 alunos. No ciclo III estudam os alunos do sexto ao sétimo ano e são 46 alunos e no ciclo IV estudam os alunos do oitavo e nono ano com 49 alunos. A Escola tem 06 salas, 02 banheiros, secretaria, sala da diretoria, sala dos professores, sala de vídeo, cozinha e quadra de esporte.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados entre os professores(as) da Educação de Jovens e Adultos, que atuam no município de Sumé PB, e os alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos que estudam na escola Presidente Vargas Sumé PB. Do total dos quatro professores (as) dois possuem licenciatura em pedagogia, uma licenciatura em geografia e a outra licenciatura em Educação do Campo. Os alunos também foram sujeitos da pesquisa dos quais participaram onze, todos eram estudante da EJA. Dos onze participantes seis eram do nono ano, cinco do sétimo ano.

4.6 SUJEITOS DA PESQUISA

As pessoas que participaram da pesquisa foram professores/as, e alunos/as, da rede municipal de ensino na Educação de Jovens e Adultos dos anos finais do ensino fundamental. Os professores em sua maioria atuam na docência a mais de sete anos e tem em média entre trinta e sete e quarenta e cinco anos de idade. Já os alunos em sua maioria são estudantes entre dezenove e vinte e nove anos de idade, e estudam sétimo e nono ano. Para chegar até eles falamos com a gestão da escola, especificamente o supervisor que concordou com a pesquisa nos levando até os professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos que não se opuseram responderam os questionários.

4.7 PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

O procedimento de coleta de dados se deu através de questionários, que foi elaborado a partir de perguntas subjetivas, tanto para as respostas dos professores quanto para os alunos. Aplicação acontece na sala de aula, onde se explicou para os alunos e os professores qual seria o procedimento das respostas nos questionários. Concernente à realização da análise, a uma aproxima-se da análise de conteúdo no processo de caracterização e interpretação dos dados.

5 ANÁLISE DOS DADOS: O QUE DIZEM OS/AS COLABORADORES/AS DA PESQUISA

Neste capítulo nos dedicamos à análise dos dados pesquisados que foram obtidos com aplicação de questionários, que objetivou mapear os sujeitos e objetos da avaliação; identificar os tipos das avaliações aplicadas; caracterizar as finalidades da avaliação realizadas numa turma de EJA, frente aos desafios ao resgate do direito à educação e do direito à aprendizagem.

Esta análise apresenta o trabalho realizado na Escola E.M.E.F. Presidente Vargas, a partir dos questionários coletados e que ela se encontra organizada em duas seções. A primeira traz a contribuição dos professores a partir de suas falas, e a segunda contribuição a partir das falas dos alunos.

5.1 A AVALIAÇÃO NA EJA PELA ÓTICA DOS DOCENTES

Neste item iremos apresentar a análise de dados segundo a ótica dos professores falando sobre as questões contidas no questionário. **No que diz respeito ao que é avaliação**, obtivemos nas falas dos/das professores/as, as seguintes falas: P1 diz: é um instrumento utilizado para verificar o desempenho do aluno com relação aos conteúdos abordados em sala de aula, bem como também para verificar as práticas de ensino do professor. Perceberque a fala de P1 estar em concordância com P2 uma vez que este afirma que avaliação É um processo que faz com que o professor conheça o grau de aprendizado dos alunos.

Neste sentido, o que se percebe é a relação que há com a fala dos professores concernente ao aprendizado e conteúdos abordados em sala. Neste mesmo pensamento, P3, fala que, deve-se Verificar e analisar os conhecimentos e as relações deste, com o universo do educando. Dessa forma P1 e P3 falam sobre a relação dos alunos com os professores e as práticas avaliativas, P2 destaca mais sobre a aprendizagem destes alunos, mesmo assim o pensamento deles está em concordância.

Analisando as repostas dos/as professores/as, percebe-se, que eles se colocam na condição de entender o aprendizado dos alunos a partir da averiguação do desempenho e do conhecimento adquirido por eles em sala de aula. Portanto, mesmo que esta forma de avaliação não seja totalmente formativa, apresenta características deste modelo avaliativo, já que se busca compreender o desenvolvimento destes estudantes durante o processo de ensino aprendizagem.

Segundo Luckesi (1988, p.72) “pode-se citar três modalidades de avaliação, que na prática, devem estar inter-relacionadas entre si: somativa, formativa e diagnóstica”. Para o autor a avaliação é importante, pois através dela pode-se proporcionar informações acerca das capacidades dos alunos antes de iniciar um processo de ensino-aprendizagem, e buscar a determinação da presença ou ausência de habilidades e pré-requisitos, bem como a identificação das causas de repetidas dificuldades na aprendizagem.

Verificação de aprendizagem corresponde ao processo de aplicação, correção e atribuição de notas referentes aos trabalhos escolares ao longo do semestre letivo. Já avaliação da aprendizagem corresponde ao conjunto de procedimentos. A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.

O segundo item tratou da **importância da avaliação** na Educação de Jovens e Adultos e como ela deve ser percebida atentamente pelos educandos. Neste sentido, P4 em sua fala deixa claro, a valorização desses sujeitos, afirmando que É de grande importância social, pois é uma oportunidade de inclusão e desenvolvimento para os cidadãos que não puderam estudar no passado. Sendo assim esta oportunidade de inclusão poderia ser estendida a todos como um direito obrigatório e necessário que temos.

Para que isto aconteça os professores precisam incluir estes alunos de forma que eles venham compreender que são pessoas que buscam uma oportunidade, em concluir seus estudos por não terem tido como terminar na idade certa. É preciso pensar um modelo de educação que possa, ao mesmo tempo, garantir a participação dos sujeitos sociais para transformação da realidade vivenciada por eles. O reconhecimento das desigualdades sociais e a proposição de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos é o melhor caminho para que se tenha uma educação onde todos os sujeitos que desejam estudar, possam ser participantes deste processo educacional.

Para P1 A importância da avaliação se dá em, verificar os avanços dos educandos muito embora esta avaliação seja contínua e processual. Observa-se que P1 entende que os professores é quem precisam entender, mesmo que lentamente e gradualmente como eles estão melhorando a cada dia, para poderem contribuir na valorização da avaliação dos alunos da EJA. A avaliação para o educando da Educação de Jovens e Adultos não pode ser um processo meramente técnico, exige o domínio de conhecimentos, para que possibilite ao discente mais autonomia e se reduza a exclusão social.

Dessa forma entende-se que, a abordagem tradicional, que predominou no Brasil até a década de 1930, e ainda é aplicada em algumas escolas nos dias de hoje contribui severamente para a evasão escolar, possibilitando a exclusão destes sujeitos do processo de ensino e aprendizagem como “direito de todos”, porém, se faz necessário o fortalecimento do ensino para os alunos da EJA, mas que neste processo educacional aja qualidade tanto no ensino, quanto no processo avaliativo, onde se possam incluir todos igualmente.

No item três os professores/as, **falaram como se sente avaliando os alunos em sala de aula.** Quando se trata de avaliar alguém, os professores são os sujeitos que mais avaliam, pois todos os dias estão em salas de aula e de alguma forma estão atentos ao que acontece em sua volta. Sabemos que avaliar não é fácil, pois se trata de algo que pode definir o processo de aprendizagem dos estudantes, e contribuir positivamente ou negativamente na relação dos professores com os alunos.

Nesse sentido, P3 afirma categoricamente: Não gosto, mas é necessário para o aluno e para mim quanto docente. A final posso avaliar o que o aluno aprendeu, mas também se soubesse partilhar meus conhecimentos de forma correta. Em sua colocação fica claro que o processo de avaliar é complexo, pois para avaliar é preciso que o docente esteja aplicando seu conhecimento de forma correta, podendo contribuir no aprendizado deste aluno.

A avaliação não serve somente ao aluno, mas também ao professor. Logo não se avalia somente o aprendizado, mas também o ensino. Portanto os professores tem uma responsabilidade de se perceberem no processo avaliativo, ao mesmo tempo em que eles observam seus alunos, também precisa se observar, para poder entender que todos os sujeitos participantes do processo de ensino faz parte do processo avaliativo.

Para P4 avaliar é um processo difícil, mas necessário, subjetivo, mas essencial no processo educacional. Observa-se que este docente também deixa claro o quanto não é fácil o processo avaliativo. Desta forma compreende-se que P4 e P3 sentem dificuldades no momento da avaliação dos seus alunos, porém concorda que se faz necessário este processo, Pois acompanhar o desempenho dos alunos, a partir das avaliações, possibilitará ao professor entender como estar sendo o desempenho escolar destes alunos.

A avaliação é um processo de apoio para os professores, tanto pode ser utilizada para fomentar a aprendizagem dos alunos promovendo a verdadeira construção do conhecimento, quanto servir como mera ferramenta classificatória para atribuições de notas em um sistema mais preocupado com a atribuição de médias e estatísticas no final de cada período do que com uma educação democrática e de qualidade. Assim,

Avaliar, como tarefa docente, mobiliza corações e mentes, afeto e razão, desejos e possibilidades. É uma tarefa que dá identidade à professora, normatiza sua ação, define etapas e procedimentos escolares, media relações, determina continuidade e rupturas, orienta a prática pedagógica (ESTEBAN, 2003, p.10).

Por isso que de acordo com a autora, avaliar não só é atribuir notas a cada final de período, requer do docente um esforço maior para que este processo de avaliação da aprendizagem possa fluir bem. Portanto, se faz necessário que este docente não só aja, com a afetividade, mas também com a razão para poder contribuir positivamente e de maneira equilibrada na forma de como deve avaliar estes alunos.

Quando se fala de emoção no contexto educacional em sala de aula, é um assunto importante, porém complexo, pois estar relacionado com afetividade que existem entre os professores e os alunos. Por isso, que não é possível que dentro da escola as emoções sejam ignoradas, pois, faz parte da mente humano. Sendo assim o processo de ensino requer dos profissionais uma dedicação mais profunda e cuidadosa, para que aja equilíbrio na relação emocional dos alunos com o professor o que vai possibilitar uma melhor qualidade de ensino.

No item quarto os docentes/as, falaram **para que serve a avaliação** de ensino aprendizagem P1 diz: Para verificar se ocorreu de fato ensino aprendizagem. A avaliação não é utilizada apenas para avaliar o aluno, ela serve também para verificar as práticas do professor. Na fala de P1 fica claro, o professor é quem precisa ver se o aluno conseguiu aprender, mas não explica de que forma este aluno foi avaliado para saber se fato ele aprendeu, por isso que ele responde que se faz necessário uma verificação do aprendizado tanto do discente quanto do docente. Nessa perspectiva, a prática docente no contexto da sala de aula não pode ser encarada como um exercício meramente técnico, mas o professor tem que, mudar o processo de ensino se for necessário, percebendo o que a de melhor em sua prática docente cotidianamente.

Sabe-se que não é fácil avaliar não só os alunos, mas também os professores, considerando que eles são profissionais com grandes responsabilidades. Além de terem que dominar o conteúdo que lecionam, ainda devem conhecer técnicas pedagógicas, didáticas e metodológicas e estimular um bom relacionamento social para com seus alunos. Portanto, é sempre bom ter em mente que a avaliação não tem o objetivo de punir o professor, mas de contribuir para que ele esteja revendo seu trabalho e suas atitudes como avaliador dos seus alunos.

Da mesma forma acrescentamos a fala de P4 que afirma que a avaliação serve para mensurar o nível de aprendizagem do aluno e detectar possíveis falhas no processo de ensino

aprendizagem. Um destaque a esta fala é o termo “mensurar”, uma vez que ele se remete ao ato de medir o processo avaliativo, e sabemos que este modelo de avaliação pode não contribuir positivamente, pois não temos como mensurar o conhecimento de alguém a partir de uma avaliação em uma perspectiva de aferição.

A avaliação escolar deve orientar o trabalho pedagógico em sala de aula para que possa orientar os professores na tomada de decisões que e encaminham e determinam os processos educacionais desenvolvidos coletivamente com os alunos da EJA, se diferenciando do modelo de classificação, que serve apenas como instrumento de medição no aprendizado dos alunos.

Quanto aos **instrumentos necessários para avaliar** o aluno, utilizado pelos professores da EJA, P3 diz: Avaliação contínua; participação, realização de exercícios e atividades. Neste mesmo pensamento P4 diz que os instrumentos que ele utiliza para avaliar os alunos são: Frequência em sala; participação; socialização; avaliações escritas. Os instrumentos de avaliação de aprendizagem devem ser largamente utilizados ao longo do período letivo. Esses instrumentos de avaliação devem permitir ao professor colher informações sobre a capacidade de aprendizado dos alunos, medida, em especial, pela competência dos mesmos para resolver problemas, e poder tomar as decisões possíveis.

Sendo assim observa-se que, tanto P3 quanto P4, compreenderam que há vários instrumentos que podemos utilizar em sala de aula, cabendo ao professor da disciplina, definir os instrumentos que serão utilizados para melhor acompanhar o processo de aprendizado de seus alunos. No entanto as avaliações e os exercícios são os mais aplicados como forma de avaliar o aluno. Desta forma fica evidente que os professores aplicam as atividades avaliativas de forma contínua, porém, mais tradicional. Esses professores compreendem que as práticas avaliativas se dão no momento de ensino, mas os testes e provas ainda são muito utilizados por eles no processo avaliativo.

Estes professores buscam meios que possam contribuir positivamente no aprendizado destes alunos, mas se utilizam de instrumentos que na maioria das vezes, tem a função só de medir. Um dos pontos citado pelos dois professores é a participação deste aluno em sala de aula, só a participação não quer dizer muita coisa, mas é um elemento que permite ao professor perceber como o aluno constrói o conhecimento, já que é possível acompanhar de perto todos os passos desse processo. “Desta forma temos um modelo de avaliação que se caracterizando, em uma pedagogia do exame praticada por muitos até os dias atuais

(LUCKESI, 2003, p. 18)”. Neste sentido os professores/as, consideram a participação dos alunos como instrumento avaliativo.

Quanto à **dificuldade de avaliar o aluno**, e se este problema existe para o professor, P1, assegura que: Sim. O processo avaliativo não é algo fácil, é preciso muita responsabilidade para não prejudicar o aluno o que requer cuidado uma vez que não efetivada de forma correta. Quando estamos a avaliar um aluno, sabemos que é difícil, pois o docente tem em suas mãos uma das maiores responsabilidades na condução deste aluno para dizer se ele tem condições de subir mais um degrau ou permanecer onde está. Para que tudo isso aconteça o professor é condutor, é quem definirá o prosseguimento dos passos deste estudante.

Assim, destacamos que P1 se preocupa com o que pode acontecer ao aluno, se não avaliado cuidadosamente, pois segundo ele este aluno estaria totalmente nas mãos de alguém que pode ou não o prejudicar mesmo que de forma indireta. Sendo assim a responsabilidade dos professores requer de cada um deles uma dedicação inclusiva para que possam contribuir de forma positiva no processo avaliativo deste aluno.

Para P3, Sim. De constar se o aluno/aluna compreendeu o conteúdo quando não participa das aulas ou pega atividades por colegas. Nesta fala fica claro que a preocupação maior é quando este aluno não participa diretamente das atividades. Desta forma as dificuldades podem ser muito maiores, pois como avaliar um aluno que não é participante das atividades que são ministradas pelo seu professor, já que pega diretamente dos seus colegas? Esta dificuldade só pode ser resolvida se o professor entender os motivos vivenciados por este aluno o porquê agir desta forma. o problema é que não vai acontecer o processo de aprendizagem de forma efetiva, pois a preocupação é com a nota e não com a aprendizagem destes alunos tornando o processo de ensino e aprendizagem mais complexo.

Para P4 Sim. Na EJA, a dificuldade é o fluxo do aluno, pois, é inconstante. A frequência escolar da maioria destes alunos é irregular o que torna mais difícil o processo avaliativo deles. Sabe-se que os alunos da EJA, encontram alguns impedimentos, no processo de escolarização, distância quando este estudante é da zona rural, trabalhos diários que para a maioria dos sujeitos do campo é braçal, e para os que moram na zona urbana alguns trabalham à noite e mesmo os que têm algum serviço durante o dia, estão cansados e desmotivados para estudar. Desta forma não é fácil, pois, os alunos não conseguem estarem presentes nas aulas todos os dias tornando mais complicado o processo avaliativo deles.

Os perfis do aluno da EJA da rede pública são na sua maioria trabalhadores proletariados, desempregados, dona de casa, jovens, idosos, são alunos com suas diferenças culturais, etnia, religião, crenças etc. Portanto, a realidade vivenciada por estes sujeitos não é fácil, são alunos trabalhadores que chegam às vezes tarde na escola, cansado e com sono e querem sair mais cedo, isso quando eles vêm para a aula. Eles acham que não são capazes de acompanhar os programas ou que o programa não traz a realidade para o seu cotidiano. Sendo assim fica evidente que as dificuldades são muitas.

Quanto ao processo **avaliativo em determinar o aprendizado do aluno** os professores descreveram que: Para P1 Não. Por se tratar de obtenção de resultado a avaliação na maioria das vezes prejudica o desempenho dos alunos deixando os nervosos. Durante muito tempo, a avaliação foi usada como instrumento para classificar e rotular os alunos entre os bons, os que dão trabalho e os que não têm jeito. A prova bimestral, por exemplo, servia como uma ameaça à turma. Portanto quando P1 diz que não, “pois se trata de obtenção de resultado” ela está se referindo às provas aplicadas em sala de aula, que para a maioria dos alunos ainda é assustadora levando alguns deles a desconcentração e recebendo uma nota abaixo do esperado, mas a capacidade de aprendizagem deste aluno é muito maior do que o resultado de uma nota.

Para P3, Não, pois o aluno pode ter compreendido ao conteúdo e não ter tido como saber expor o que entendeu, compreendeu. Na fala de P3, percebe-se que os alunos pode até entender o que ele explica, mas não conseguem descrever as ideias com clareza, dificultando um bom resultado nos testes o provas aplicada em sala, isto significa dizer que o processo de aprendizagem dos alunos é positivo independente do resultado final, se a nota foi boa o não. Nesse sentido, é importante frisar que “Provas e exames, são apenas instrumentos de classificação e seleção, que não contribuem para a qualidade do aprendizado nem para o acesso de todos ao sistema de ensino (LUCKESI, 2011, p.36)”.

Sendo assim o processo avaliativo é uma tarefa didática necessária e permanente no trabalho do professor, ela deve acompanhar todos os passos do processo de ensino e aprendizagem dos alunos se constituindo um elemento muito importante, pois, é através dela que se consegue fazer uma análise dos conteúdos com clareza, e não pode apenas atribuir notas aos alunos, mas sim, pode ser utilizada como um instrumento de coleta de dados sobre o aproveitamento de cada discente.

No último item foi mencionado sobre **as formas de registro utilizadas pelos professores (as) nas avaliações** aplicadas em sala de aula. Para P1, Verificação de

aprendizagem, qualitativo e quantitativo. Os registros são elementos importantes, por meio deles o professor conseguirá ter de forma mais concreta a aproximação com os aspectos mais relevantes ao desenvolvimento educacional de cada aluno. Já a verificação de avaliação qualitativa e quantitativa na escola pode gerar impactos nos resultados educacionais dos estudantes.

Isso acontece como consequência das formas avaliativas adotadas pelos professores dos sistemas de ensino, pois quando se aplica os dois métodos qualitativo e quantitativo, pode ter um resultado positivo, porém quando se aplica só o quantitativo, podemos ter um resultado negativo na construção do ensino aprendido. Portanto o método mencionado pelo professor diz respeito à avaliação formativa e somativa.

Na avaliação qualitativa, o que é levado em conta não é mais somente uma nota ou conceito resultante de alguns testes realizados, mas a consideração do processo de ensino-aprendizagem de forma contínua, cumulativa e sistemática. Já avaliação quantitativa refere-se ao que pode ser quantificável por meio de números, ou seja, ao que é atribuído aos alunos a cada final de período, (bimestre, trimestre, semestre), pois neste sentido o que pode determinar a capacidade de aprendizagem destes alunos é quantidade e não a qualidade das aprendizagens. Assim, o registro passa a se reduzir às notas e ao controle dos processos de classificação.

Para P4 Geralmente as avaliações se dão de forma contínua e qualitativa. Nesta fala fica claro que os registros das atividades acontecem cotidianamente na convivência diária com cada aluno, este modelo de atividades pode contribuir positivamente tanto para os docentes como para os estudantes, pois a própria vivência facilitará o processo de ensino, onde possa se perceber através de um olhar mais cuidadoso por parte dos professores (as) a realidade vivenciada por cada um deles. Nessa direção, a nota não é mais o foco de todo o processo, pois o mais importante é a qualidade das aprendizagens e não mais o acúmulo de ações isoladas.

Mesmo percebendo-se na fala dos professores, relatos de um modelo avaliativo menos tradicional, há elementos de um processo avaliativo no qual as provas e os testes ainda são instrumentos, positivos para diagnosticar a aprendizagem dos alunos. Desta conclui-se que se precise de um esforço maior por parte não só dos professores, mas de todos que participa da escola como: Secretário/a, diretor/a, supervisor/a etc. Avaliar é olhar cada um dos alunos, refletindo sobre a forma de como este estudante estar aprendendo, conversando,

organizando o cenário dessa interação sempre com o cuidado de proporcionar ao aluno uma assimilação melhor e diária como parte constitutiva do processo de ensino aprendizagem.

5.2 A AVALIAÇÃO NA EJA PELA ÓTICA DOS ESTUDANTES

A partir dos questionários respondidos pelos estudantes da EJA, buscaremos entender como eles se sentem sendo alunos da Educação de Jovens e Adultos, frente aos desafios ao resgate do direito à educação e do direito à aprendizagem que vivenciamos em pleno século XXI.

No primeiro item se falou sobre **o que é avaliação** de ensino aprendizagem. E1 diz: É um teste para avaliar se o aluno aprendeu o conteúdo que foi ensinado. Nesta primeira fala, percebe-se claramente que este aluno vê o processo avaliativo como um teste que tem por objetivo medir seus conhecimentos, e em sua maioria, isso é feito com uma série de questões a partir de uma prova. Portanto, a partir das questões aplicadas para os alunos, pode-se definir se eles aprenderam os conteúdos que foram ensinados pelos professores, tendo como objetivo maior as notas como resultado de um bom aprendizado.

E10 diz: A avaliação é feita através de uma prova escrita e oral, testes participação nas aulas. Nesta fala observa-se que tanto E1 quanto E10, comentam que os testes e a prova são os instrumentos utilizados para serem avaliados pelos seus professores, já que esta forma de avaliar se caracteriza, por uma “pedagogia do exame, (LUCKESI, 2003, p. 18)”. Seguindo este mesmo pensamento, E11 vai dizer que é através de uma prova que vai avaliar se você esta ou não acompanhando o aprendizado. Desta forma, está claro, que no entendimento destes alunos, o processo avaliativo pelo qual eles são submetidos é as provas que simplesmente o classificam e selecionam. Instrumento usado na maioria dos testes pelos professores para o processo de avaliação.

Para E7, A avaliação é fazer um texto como uma prova e avaliar essa prova. Vejamos que mais um aluno entende que são as provas e os testes que irão definir o aprendizado dos estudantes, ficando evidente, que o simples fato de o aluno fazer uma prova, definisse a capacidade intelectual e conhecimento que ele tem, sendo ignorado o aprendizado obtido por este discente desde quando adentra uma sala de aula. A avaliação da aprendizagem é uma das atividades mais importante no processo educacional.

Na EJA, o processo de aprendizagem é muito importante, pois, oportuniza os sujeitos que não puderam estudar na idade certa, terem uma nova oportunidade de concluir seus estudos, porém este processo de avaliação da aprendizagem precisa ser contínuo e que

acontece no dia a dia, onde o professor e o aluno veem o crescimento de forma mais abrangente, não apenas em um momento mas em todos os momentos o que possibilitará em um processo de aprendizagem com mais qualidade.

No mesmo sentido, E2 diz: A avaliação pra mim é observar a aprendizagem do aluno. Na fala de E2 fica claro que a observação é um caminho para avaliar. Nesse sentido percebe-se que este aluno consegue trilhar para um processo de avaliação formativa, apresentando em sua fala traços de uma ruptura com a avaliação tradicional, porém não bem definido o que se caracteriza em um processo de avaliação mista, onde pode ter elementos da avaliação somativa e elementos da avaliação formativa.

Dessa forma entende-se que o aluno mesmo não falando sobre os instrumentos utilizados pelos professores, não seguem o mesmo pensamento de E1, E10 e E11, pois eles afirmam que o processo avaliativo se dá por meio de provas e testes se constituindo um processo avaliativo tradicional, onde os alunos são submetidos a provas escritas e orais, como forma de saber se eles aprenderam.

E6, afirma que: a avaliação pra mim é observar a aprendizagem do aluno. Assim como E2, E6 entende que é através da observação que se avalia os alunos, mesmo sem especificar os instrumentos avaliativos, fica claro que E6 segue o mesmo raciocínio do aluno E2, porém não significa dizer que eles são avaliados diferentes do ensino tradicional, já que a escola e os professores são os mesmo, apenas não foram mencionados os instrumentos avaliativos.

Quanto à **importância da avaliação no aprendizado do aluno**, E1 descreve: A avaliação é muito importante, pois, é através dela, que vemos o quanto aprendemos do conteúdo repassado. Este aluno mesmo achando pertinente o processo de avaliação, fica evidente em sua fala que, o aprender estar no sentido de ser repassado e não de construção da aprendizagem. E2 também afirma: É muito importante a avaliação no meu aprendizado pra saber como o aluno estar saindo bem no seu estudo. Percebe-se que os alunos dos quais se fez a pesquisa não pensam da mesma forma. A avaliação para E1 estar mais no sentido de se repassar os conteúdos, se caracterizando um processo avaliativo tradicional, já E2, pensa mais em uma avaliação da aprendizagem, pois através deste modelo de ensino os alunos podem experimentar uma educação com mais qualidade e resultados positivos na sua formação educacional.

Para E3, É muito importante, pois, temos que ser avaliados pra saber até onde estamos indo no estudo. Este aluno também acha pertinente a avaliação, porém não diz quais

instrumentos são utilizados, para saber se ele está evoluindo no processo de ensino aprendido. Para E11, Acho que ali é um teste para ver se você estuda e entende o assunto ou se tem duvida. Na fala deste aluno fica evidente que a importância da avaliação se da, quando os estudantes compreenderam ou não os conteúdos.

E8, afirma que é para ter a certeza de que estamos aprendendo em nossos aprendizados em nossos estudos. Observa-se que os alunos entendem que as avaliações são importantes para seu aprendizado, porém a forma de como isto acontecem em sala de aula fica a critério dos professores, e os alunos acham que este modelo de avaliação é “correto” mesmo estando pautado em uma “pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino aprendizagem. (LUCKESI, 2003, p. 18)”. Portanto esta prática de avaliação é de um entendimento conservador, que tem por objetivo uma função classificatória do processo avaliativo.

Quanto ao que foi falado no item terceiro, sobre **como o aluno se sente sendo avaliado**, alguns alunos falaram que este momento os deixa ansioso. Para E1, Ansioso na maioria das vezes. Desta forma compreende-se que os alunos ficam nervosos diante dos professores quando se trata de serem avaliados. Portanto, eles não se sentem seguros diante do momento vivenciado, isso estar relacionado diretamente a uma avaliação, onde o mais importante são as notas e não o aprendizado de cada um.

Para E5, o momento avaliativo é estressante, pois ele diz: Eu mim sinto um pouco impensado. Diante da situação vivenciada por este aluno, fica evidente que a um incômodo quando este discente está sendo avaliado. O momento avaliativo é muito importante para todos os alunos, por isso que deveria ser satisfatório e não um momento de ansiedade, pois sabemos que quando estamos nervosos, ou apreensivos, nossa mente não consegue raciocinar bem, causando dificuldades no momento de responderem as atividades.

E7 segue o mesmo pensamento que E1 e E5, pois ele diz: Fico um pouco tenso e também nervoso. Vejamos o quanto este momento deixa os alunos ansiosos. Por isso que a avaliação não pode definir a qualidade de aprendizagem, a partir de uma prova ou testes aplicados a estes estudantes. Portanto é preciso que o processo de ensino aprendizagem e todas as partes envolvidas devam ser avaliados pelo professor continuamente e não só através de provas. “A prática escolar usualmente denominada de avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com a avaliação. Ela constitui-se muita mais de provas e exames do que avaliação. (LUCKESI, 2008, p. 168)”.

Para E9, não foi diferente dos demais, ele descreve: Sinto-me ansioso, porque quero ver e ter a certeza do que eu aprendo diante de um profissional. Este aluno se coloca na condição

de ver o profissional (professor) dizer como está seu aprendizado. Vejamos que este discente não está preocupado como é este processo avaliativo, mas se sente ansioso no momento em que está sendo avaliado.

Não diferente dos outros alunos, E11, afirma: É muito tenso mais eu acho que é uma pequena pressão. Diante do que se falou por parte dos alunos fica evidente que este momento de ser avaliado é um dos mais tensos em sala de aula. Desta forma observa-se que este modelo de avaliação classificatória, não pode contribuir positivamente e nem diagnosticar a capacidade de aprendizagem dos alunos, na aplicação de uma prova a ser respondida em quarenta e cinco minutos.

Não vai ser um ou dois instrumentos avaliativos (provas, testes), que medirá os conhecimentos dos estudantes, mas vai acontecer cotidianamente em sala de aula, desde atividades como, diálogos, exercícios, frequências, participação, trabalhos em grupos, seminários, ou seja, mesmo que as provas e os testes façam parte deste processo, precisa estar ligada às várias atividades estudadas em sala de aula. Portanto, esta tensão vivenciada pelos alunos no momento de fazer as avaliações não é natural, e também não contribui em nada no processo de ensino aprendizagem.

Quanto ao item quarto, se o aluno **gosta da forma de como é avaliado** a maioria concorda que sim. Para E1, Sim. Mesmo não especificando os motivos de gostar de como é avaliado, no item primeiro E1, descreveu que é através do teste que definirá o aprendizado do aluno. Sendo assim, se entende que este aluno gosta da forma de como é avaliado a partir das notas recebidas a cada prova ou exercício que faz.

Para E2, Sim. Porque é uma forma muito melhor do que antes. Em sua fala não fica claro o que é melhor do que antes, porém significa dizer que este modelo de avaliação aplicado pelos professores lhe satisfaz. Já para E3, ele nos dá uma resposta mais ampla, Sim. Porque é através da avaliação que mostramos o nosso desempenho. Percebe-se na colocação deste aluno, que através do processo avaliativo pode-se saber como está seu desempenho de cada discente.

E4, também vai dizer que sim. Gosto porque sempre aprendo mais um pouco. E4 destaca que através deste modelo avaliativo misto, (somativo e formativo), o aluno pode se esforçar e aprender mais, mas ao que se sabe, e entendendo que esta forma de avaliar é mais através de notas, compreende-se que E4 também destaca o aprendizado, na medida em que este aluno se esforça, ele pode tirar uma nota melhor, e o resultado dela significa dizer que os alunos estão aprendendo mais.

E6 e E11, também afirmam categoricamente que sim, E6 diz: sim. Porém não justifica. Já E11 afirma: sim não mudaria nada. No entendimento destes alunos está tudo bem, porém ao contrario, E6 descreve: Minha resposta é, não gosto de ser avaliado me deixa muito nervoso. Este aluno deixa claro que essa forma de ser avaliado não faz bem deixando apreensivo, e concordando com as respostas relatadas no item terceiro por: E1, E5, E7, E9 e E11, quando falam, o quanto ficam ansiosos no momento avaliativo.

Sendo assim, se entende que este modelo de avaliação a partir de provas que seleciona mais do que ensina, pode se considerar um momento de ansiedade, pois os alunos ficam preocupados com o resultado da nota, e não conseguem se concentrar no que irá responder, além de ficarem angustiados com o resultado da prova mesmo antes de ser respondida, ficam apreensivos com o tempo disponibilizado para as avaliações.

Quanto à forma de a **avaliação contribuir para a permanência dos alunos em sala de aula**, a maioria afirmou que sim. Para E1, sim. Este aluno não especificou os motivos, porém “entende” que a forma de como tem sido avaliado tem contribuído para estar em sala de aula. E2 concorda com E1, e descreve: Sim. Por que é uma avaliação diferente de que antes. E2 não explica o porquê agora é diferente do que era anteriormente, apenas afirma a contribuição deste modelo de avaliação. Para E3, Sim. São ótimos crescemos muito. E3, além de concordar com seus colegas, ainda afirma a excelência da avaliação para sua permanência, porém não deixa claro, se é por causa das boas notas tiradas nas provas ou teste, ao fazer esta colocação.

Ao que sabe E3, falou no item dois: temos que ser avaliados pra saber até onde estamos indo no estudo. Percebe-se que o mais importante para este aluno é saber até onde pode ir, deixando a entender, que são as provas que possibilitam esta condição, pois, quando um aluno tira uma boa nota, com certeza ele vai se sentir ótimo em sala de aula.

Para E4, Contribui sim porque tenho que me concentra mais. E5, além de concordar ainda diz que, inclui e garantir acesso e permanência de todos na sala de aula. É certo que este aluno sente-se bem com os resultados alcançados em sala de aula, pois, em sua fala fica evidente que a forma de como são avaliados é garantia para todos, mas sabemos que não é dessa forma. Segundo “Luckesi, (2003, p. 18), Seguimos agindo como verdadeiros selecionadores, dos alunos que sabem e excluindo os que não sabem, como se a função da educação fosse selecionar e não ensinar”.

Para E6. Sim, pois, também estar relacionado a seu comportamento. A forma de como você se comporta em sala aula, segundo a colocação de E6, é um ponto importante para sua

permanência. Percebe-se que em sua fala no item primeiro ele diz: avaliação pra mim é observar a aprendizagem do aluno. Desta forma E6, deixa claro que a observação dos professores e a forma de comportamento dos alunos também ajuda mantê-los em sala de aula.

No item sexto, se perguntou para os alunos, **como eles se sentiam ao receber o resultado da avaliação**. Para E1 fica claro em sua fala que a avaliação é importante pra saber se o aluno precisa melhorar, pois ele diz: Se o resultado for bom, é sinal que fui bem, mas, se o resultado não for, precisarei melhorar. Vejamos que este aluno entende que o resultado da avaliação diz como estar seu aprendizado.

Para E4, também vai depender de como ele fez a prova, e afirma: Depende, se eu estiver ruim vou tentarmelhorar. Observa-se que não diferente de E1, E4 também entende que a avaliação estar ligada diretamente ao resultado recebido, para poder estudar mais para atingir um resultado melhor. Para o aluno E11, vai depender da nota. Neste sentido E11, ver avaliação apenas como um teste ou prova, como forma de aprendizagem.

Diante das falas dos alunos, temos percebido que os resultados atribuídos pelos professores a partir das provas, seleciona a capacidade de aprendizagem destes estudantes fazendo com que eles armazene mais informações em suas mentes para o dia da prova. Portanto, a preocupação não é com aprendizagem cotidianamente, mas em estudarem muito em pouco tempo para obter um bom resultado. Segundo “(MIZUKAMI, 2007, p. 10). quanto mais informações uma pessoa puder armazenar, mais conhecimento ela tem. Nesse sentido, a inteligência era vista como uma faculdade de armazenar e acumular informações como modelo de aprendizagem”.

Neste sentido, a avaliação se caracteriza como uma pedagogia tradicional, e estar centrada em notas provas e boletins, e ainda predomina na maioria das nossas escolas do nosso país. É preciso que a avaliação sirva para que todos possam ter experiências de sucesso e nos orientar sobre as dificuldades, os pontos positivos e as necessidades de cada um. Não para comparar os alunos entre si de acordo com um critério único, criando competição, inveja e frustração, mas para auxiliar cada um a evoluir em relação a si mesmo no processo de ensino.

Quanto ao item sétimo, se os alunos **mudariam o método avaliativo usado pelos professores**, à maioria respondeu que não. Mesmo diante das circunstâncias dos desafios vivenciados por eles no dia a dia, principalmente quando se trata de provas, que ainda é o método mais utilizado em sala de aula para detectar o aprendizado dos alunos, e mesmo assim os “alunos” não mudariam este método de avaliar, mas no item quarto, E1, E3, E5, E7, E9 e

E11, afirmaram que quando são avaliados ficam nervosos, ficando “satisfeitos” com a forma de como são avaliados.

De acordo com as respostas de cada um eles não mudariam o método avaliativo. Para E1: Não. Observa-se que para este aluno mesmo que exteriormente, já se tornou natural, por mais que o momento das provas seja apreensivo não ver outra saída, e aceita tranquilamente sem precisar que os professores mudem a forma de avaliação. E2, também diz não, sem justificar. E3 concorda plenamente e diz: Não. Está ótimo. Para E3, além de ficar satisfeito se sente maravilhado com o método aplicado pelos seus professores.

E6, também não mudaria e responde: Não. Assim está bem. No mesmo pensamento E7 diz que não, se unindo as respostas de E10 e E4, que ainda afirmam: os professores sabem mais e por isso os alunos tem a obrigação de aprender. Sendo assim, vejamos as falas destes dois estudantes. E10 diz: Não. Porque o professor sabe mais. Já E6 descreve a seguinte fala: Não. Eles fazem o trabalho deles certo, agente tem que aprender.

Neste sentido percebemos que os alunos ver o processo de avaliação por parte dos professores positivamente, pois “eles” (alunos) descrevem estarem satisfeitos com os seus docentes, e por isso não mudariam o método de como são avaliados, isso significa dizer que os estudantes reconhecem o quanto é importante a função dos professores.

Quanto ao último item, sobre **as dificuldades que os alunos têm em fazer as atividades avaliativas**, à maioria dos alunos disseram que sim. A partir destas descrições dos estudantes, a uma contradição por parte deles, pois ao mesmo que se sente satisfeito com a forma de como são avaliados, ficam ansioso no momento da avaliação e sentem dificuldades em fazer as avaliações.

Mesmo eles falando no item sétimo que não mudariam o método de avaliação dos seus professores, no item terceiro fica claro que o estado emocional deles é abalado por causa das provas. Sendo assim, quando os estudantes dizem no item oitavo sentir dificuldades em fazer as avaliações, a uma ligação diretamente com o momento em que se fazem as provas. “Segundo Luckesi (1988, p.72) este modelo de avaliação tem por finalidade classificar os alunos segundo os níveis de aproveitamento, cujos resultados são expressos em notas, se constituindo em uma avaliação somativa”.

Dessa forma, vejamos o que diz os alunos. Para E1, a resposta é: Sim. Lida com a ansiedade. Isso atrapalha muito. As provas, na maioria das vezes, é um instrumento que preocupa os alunos quanto ao resultado. Para E2 não é diferente, o momento em que faz o exercício avaliativo é angustiante, pois ele diz: Sim. as provas. E3, também concorda com

seus colegas, sim em algumas. Portanto, a prova é um instrumento controlador. Na colocação dos alunos, não a dúvida que o maior medo deles é o momento em que se fazem as provas.

Na fala de E4, ele expressa: Eu tenho sim, porque troco muitas letras e esqueço os pontos. Para este aluno, as letras e os pontos não colocados na forma “correta” significa uma nota menor, se constituindo um modelo de “avaliação somativa. “(Luckesi 1988, p.72)”, qualquer “erro” é motivo para o estudo se sair mal quanto ao resultado avaliativo final. E5 entende que se precisa mudar a forma de avaliar os alunos, pois ele diz: Sim.Tenho, acho que prejudica muito acho que no meu ponto de vista não deveria ter mais isso. Na fala de E5, o instrumento prova dificulta o aprendizado dos alunos, e já não deveria existir mais. Entende-se que quando o aluno fala dessa forma, ele estar querendo dizer que este método praticamente não contribui para diagnosticar a aprendizagem dos estudantes.

Para E11, a situação é mais agravante, pois, ele descreve: Sim. Tenho medo de eu tirar um zero na prova. Vejamos em que situação se coloca este aluno. O seu medo não é só da prova, mas, de não poder pontuar na mesma. Diante do exposto por estes alunos, não a dúvida em relação ao modelo avaliativo usado pelos professores em sala de aula, se constituindo em uma avaliação somativa e classificatória.

A avaliação somativa é aquela que ocorre no final de um curso, de um bimestre ou semestre, isto é, após um determinado período de tempo, com a finalidade de classificar os alunos segundo os níveis de aproveitamento, cujos resultados são expressos em notas e conceitos. (LUCKESI, 1988, p.72).

Para o autor este modelo de avaliação descrito na citação acima, apresenta uma complexidade na construção da aprendizagem dos alunos, pois se trata de classificar, medir, e mensurar o grau de conhecimento dos estudantes. Sendo assim, sabemos que este modelo de avaliação mesmo sendo um dos mais utilizados em sala de aula, não contribui no processo de ensino e aprendizagem de forma qualitativa.

Mediante a análise das respostas dos professores, identificamos que o processo avaliativo se resume em verificação da aprendizagem, também percebemos que alguns docentes utilizam as avaliações a partir da frequência dos alunos, a participação e socialização como meio de ensino e aprendizagens.

Outro fator interessante que caracteriza o processo avaliativo destes professores é a avaliação mais tradicional que tem como base, as provas como instrumento para avaliar o desempenho dos alunos, que na maioria das vezes ficam nervosos quando estão sendo avaliados ou fazendo uma prova. Mesmo a maioria dos professores da EJA, no momento da

avaliação levando em consideração alguns fatores como: participação, socialização e frequência, os testes e as prova são mais utilizados para avaliar os estudantes.

Segundo a fala dos alunos a partir da aplicação dos questionários, pudemos identifica certa contradição em suas respostas, diz estarem satisfeito com o processo avaliativo por parte dos professores, e que este processo contribui para suapermanência em sala de aula, mas ficam nervosos e sentem dificuldades em fazer as avaliações, isso demonstra que os alunos mesmo sentindo-se bem com os seus professores, não estão “satisfeitos” com o modelo de aplicação das avaliações.

É importante ressaltarmos que a utilização deste modelo de instrumento, (prova) para avaliar, não garante a aprendizagem ou satisfação dos estudantes. É de suma importância que os educadores “conheçam” e saibam utilizar outros instrumentos e que tomem conhecimento se estes instrumentos são e estão adequados aos objetivos propostos, aos conteúdos e se valorizam as habilidades dos alunos.

Portanto se levarmos em consideração a história do processo avaliativo para com os estudantes da EJA, que estão em sala de aula porque não puderam estudar na idade certa e vivenciam dificuldades ao retornarem a escola, compreenderemos que se precisa ter um olhar mais atento quanto aos instrumentos utilizados em sala de aula no processo de ensino aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu compreendermos que o processo avaliativo envolve não apenas os professores e alunos, pois existem fatores de relevância como escola, família e contexto social, embora o principal responsável pela avaliação seja o docente. Deste modo, a avaliação da aprendizagem dos educandos da Educação de Jovens e Adultos nos pede a reflexão frente as suas próprias experiências como elemento fundamental, pois para estes educandos a avaliação deve ser entendida como um processo contínuo, descritivo, compreensivo, que oportuniza a todos o direito de aprendizagem.

Sabemos que os adultos reproduzem o modelo de avaliação que teve acesso na infância, mas refletir sobre a prática de avaliação atual nos leva a realizar uma projeção de quais caminhos a educação precisa seguir e de como necessitamos gradualmente de mudanças que busquem respeitar os tempos individuais e a cultura de cada educando para que, com isso, ele seja sujeito nas relações sociais. Dessa forma deve-se buscar uma educação que valoriza a diversidade e reconheça as diferenças, e vejam o processo avaliativo como parte integrante voltado para atender as necessidades dos educandos daEJA.

Portanto, a avaliação da aprendizagem deve ser realizada de forma que possam alcançar seus objetivos definidos, tendo por finalidade identificar as dificuldades encontradas, procurando não só superá-las, mas, também fazendo com que resulte no domínio efetivo dos conteúdos e habilidades por partes dos alunos, também serve para verificar até que ponto o ensino tem alcançado os objetivos pretendidos. Por isso que o processo de avaliação da aprendizagem se constitui no desafio que não é fácil de superar.

A avaliação da aprendizagem é uma das práticas pedagógicas de muita importância, determinante no sentido de nortear os trabalhos pedagógicos, pois, se bem feitas, trazem ao professor uma visão real da situação de aprendizagem do aluno e ainda lhe permite perceber se sua atuação docente tem ou não contribuído para o alcance dos objetivos propostos na aprendizagem de cada discente.

Dessa forma entendemos que o processo de avaliação para com os alunos, em especificamente da EJA, é indispensável, porém na avaliação da aprendizagem deve levar em conta diversidades de saberes e conhecimentos prévios por parte dos estudantes, observando se os alunos estão atingindo os objetivos propostos. Para que isso aconteça este processo avaliativo precisa ser contínuo, o que pode permitir ao professor perceber como o aluno está desenvolvendo-se no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, retomando nossos objetivos, destacamos que o papel da avaliação na construção da aprendizagem e na superação dos obstáculos vivenciados pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos, é desafiador, pois, sabemos que o processo avaliativo especificamente na escola da qual se fez a pesquisa, ainda tem como base para avaliar os alunos as provas. Este instrumento proporciona medo, e ansiedade na maioria dos alunos, sendo um fator preocupante tendo em visto as dificuldades que os estudantes vivenciam diariamente com o a avaliação tradicional. E mesmo assim, a prova é utilizada na maioria das vezes para avaliar o conhecimento dos estudantes, possibilitando em selecionar a capacidade de cada aluno, sem diagnosticar a realidade vivenciada por eles.

Quanto aos objetivos específicos destacamos que os sujeitos dos quais mapeamos foram professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, que através de questionários responderam o que entendia sobre o processo de avaliação da aprendizagem. A partir das falas, tanto dos professores quanto dos alunos é possível identificar que os tipos de avaliações mais aplicadas em sala de aula por estes professores são os teste e provas, um tipo de avaliação característico da educação tradicional. As finalidades da avaliação realizada na turma da EJA busca verificar os avanços dos alunos para saber de fato aprenderam os conteúdos e se aconteceu aprendizado.

Esta pesquisa contribui na aprendizagem e nos desafios que identificamos como sujeitos que faz parte do processo educacional. A aprendizagem é desafiadora, pois requerem dos sujeitos a compreensão e percepção que o ensino na Educação de Jovens e Adultos, precisa serem vista de forma que devamos se colocar no lugar do outro, e com isso temos muito a apreender, quando entendermos que a aprendizagem se constrói coletivamente.

Os desafios na Educação de Jovens e Adultos, nos inquieta perguntar, este processo de ensino e aprendizagem em uma modalidade de ensino que se resume a metade do ensino regular, pode contribuir em uma aprendizagem de forma qualitativa? Como os professores devem agir para possibilitar aos alunos uma avaliação qualitativa sem utilizar o método tradicional na Educação de Jovens e Adultos? Desta forma fica evidente que os desafios no processo de ensino e aprendizagem nos possibilitaram a repensar o modelo de educação do qual estamos vivenciando nos dias atuais.

Esta pesquisa traz um aprendizado significativo, pois, a realidade vivenciada por cada estudante só pode se compreender na prática diária. O nosso olhar precisa ser além da sala de aula, os estudantes precisa serem percebidos por completo, desde de sua vivência na comunidade onde mora até a chegada da escola, e os professores mesmo encontrando

dificuldades tem que se desafiar entendendo que a Educação de Jovens e Adultos ainda está longe de um modelo educacional qualitativo.

Os desafios encontrados na educação básica nos mostra que reflete diretamente na educação superior. Não muito diferente da educação básica, quando chegamos na educação superior, encontramos praticamente o mesmo modelo de avaliação da aprendizagem aplicado por muitos dos professores se constituindo em uma educação tradicional sendo a mais aplicada nas escolas do nosso país.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. ; BRAGA, E. M. .**Caracterização da Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. In: V CONEDU - Congresso Nacional de Educação, 2018, Recife. Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize Eventos & Editora, 2018. v. 1. p. 1-12.
- BRASIL. V Conferência Internacional sobre **Educação de Adultos**. Hamburgo, julho 97. Brasília: MEC, 1998.
- DESLAURIERS, J-P. **Recherche qualitative; guide pratique**. Québec: McGrawHill, 1991.
- ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2003. p.10.
- FERRARI, A. R. **Escola e produção do analfabetismo**. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 81-96, jul./dez. 1987.
- FERREIRA, Leone Denise Caetano. **As propostas curriculares na educação de jovens e adultos no município de Sumé: limites e potencialidades**. 2018. 103f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4192> . Acesso em 2019.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDIM, J. R. Bioética e **interdisciplinaridade**. **Educação, Subjetividade & Poder**, v. 4, p. 24-8, 1997. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- IBGE. PNADC - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/1007064506> ano 2016= acesso em: 17 de agosto. 2018.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: 18 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIZUKAMI, Maria da Graça et. al. **Casos de Ensino e aprendizagem da docência.** In: BRAMOWISZ, Anete e MELLO, Roseli (org.). **Educação: pesquisa e prática.** Campinas: Papyrus, 2000.

SOARES, L. J. G. **O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir.** In: RAAAB, alfabetização e Cidadania – políticas Públicas e EJA. Revista de EJA, n.17, maio de 2004.

SOUZA, M. A. **Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: Ibepx, 2007.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a Educação de Jovens e Adultos.** Revista HISTEDBR on-line, Campina, n. 38, p. 49 a59, jun. 2010. Acesso em: 30 jun. 2014.